



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE MARÇO DE 2025

Presidente: Ex.ma Sra. **Celmira Sacramento**

Secretários: Ex.ma Sra. **Bilaine Ceita**

Ex.mos Srs. **Silvestre Mendes**

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 20 minutos.

Procedeu-se ao empossamento de dois Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

A Mesa apresentou os expedientes realizados.

Em declaração política, o Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) declarou que o acto de viabilização do Programa do Governo pelo MLSTP/PSD não representa dar carta branca ao Governo. Descreveu o que considera ser as duras realidades do País, como o aumento do custo de vida, o abuso sexual de menores, o constante adiamento de projectos estruturantes e a estagnação da economia do País. Garantiu a participação do seu partido no debate das GOP e do OGE que foram apresentados, reiterou o pedido de apresentação de contratos pelo Governo e finalizou falando do caso 25 de Novembro e a necessidade de divulgação do relatório do CIAC.

Por sua vez, declaração política do ADI, na voz da Sra. Deputada Alda Ramos, foi endereçada a situação da mulher de São Tomé e Príncipe, ressaltando o abuso e violação de menores, o fenômeno de emigração, as precárias condições das mulheres, o que impossibilita a maior participação da mulher no processo de desenvolvimento do País, tendo apelado ao trabalho e envolvimento de todos em prol do sucesso das mulheres e do país.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) levantou preocupação à volta de abuso e violação de menores, que tem levado à morte, e apelou à Ministra da Justiça que haja tolerância zero para com os infractores e aos Deputados que tudo façam em termos de legislação para pôr termo a esse flagelo.

Também em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD) falou sobre o processo 25 de Novembro e o Tribunal Militar e apelou a que se busque assessoria técnica internacional a esse tribunal de forma a se resolver o problema.

Ainda em assuntos políticos de interesse relevante Lourenço Freitas (ADI) expôs a preocupação de um cidadão sâo-tomense em Angola que se vê incapacitado para renovar o seu cartão de residência, e pediu às autoridades para ajudarem na defesa dos interesses dos cidadãos na diáspora.

No mesmo quadro, o Deputado Eldímiro Manuel (MCI/PS-PUN) referiu-se à estrada que liga Guadalupe a Neves, à falta de água potável e de sinais da TVS e da Rádio Nacional em Lembá. E por fim apelou ao Governo para acionar mecanismos para a recolha de doentes mentais na Cidade Capital.

Por sua vez, o Deputado Josino Veiga (ADI) falou da crise habitacional, um dos maiores desafios dos cidadãos na diáspora Portugal, e apelou ao Governo que junto às autoridades portuguesas veja uma solução para o problema.

Em assuntos políticos de interesse relevante, a Deputada Izilda Domingos (ADI) expôs a sua preocupação quanto aos rumores de

reabertura do Mercado Municipal, causando preocupação nas vendedoras do mercado de Bôbô-Fôrro, e também exigiu justiça quanto à morte dos quatro cidadãos no Quartel do Morro, em 25 de Novembro.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado José António Miguel (ADI) falou sobre a situação das estradas, sobre o saneamento do meio e sobre a falta de água no centro da Trindade, tendo apelado a que se aposte na manutenção. E também falou da situação da habitação em Portugal.

O Deputado Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN) lamentou a escassez e a má distribuição de água e o abate indiscriminado de árvores no Distrito de Caué.

No mesmo quadro, a Deputada Celisa Aguiar (ADI) começou por falar sobre a situação do troço de estrada de Micondó, depois falou da falta de ambulância para o transporte de doentes do Centro de Saúde de Água-Izé, e também falou sobre a escassez de água potável.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Messias Pereira (ADI) partilhou uma reflexão sobre o fenômeno da emigração, o desaparecimento da classe média baixa, o problema da desigualdade social e facilismo aos estrangeiros, em detrimento dos nacionais.

Por último, o Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) propôs uma reflexão mais profunda para a mudança de São Tomé e Príncipe, apontou algumas falhas, citou alguns planos e estratégias do País, e apelou aos Deputados e a todos a reflectir sobre o futuro do País, traçar um plano Nacional de Desenvolvimento e ver a questão da revisão constitucional e instituir a 3.ª República.

Ordem do Dia. – Após apresentação da candidatura pelo Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD) e votação, foi aprovado o Projecto de Resolução n.º 81/XII/5.ª/2025 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Nacional de Defesa Nacional.

De seguida, o Plenário discutiu e aprovou, na generalidade, especialidade e em votação final global, o Projecto de Resolução 84/XII/5.ª/2025 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2025. Feita a apresentação do orçamento pelo Presidente Interino do Conselho de Administração (Aleksander Lima), interviveram, a diversos títulos, os Srs. Deputados Abnaldo d'Oliveira (ADI), Delfim Neves (BASTA), Ossáquio Riôa (ADI), Levy Nazaré (BASTA), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Jozino Veiga (ADI), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), José António Miguel (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Messias Pereira (ADI), Elísio Teixeira (ADI) e Osvaldo Abreu (MLSTP/PSD).

Foi retirada a Proposta de Lei n.º 34/XII/5.ª/2025 – Criação da Comissão Nacional Organizadora dos Festejos do 50.º Aniversário da Independência Nacional.

Por último, foi aprovado o Projecto de Lei n.º 4/XII/2.ª/2025 – Nova Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BISTP).

A Sra. Presidente declarou encerrada a sessão às 16 horas e 10 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 20 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Alberto da Trindade **Luís**

Alda Quaresma da Costa D' Assunção **Ramos**

Albertino Amélia **da Cruz**

Aleksander Monteiro **Lima**

Arlindo Quaresma dos **Santos**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento

Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço

Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva **Teixeira**

Edmilson das **Neves** Amoço

Honório da Luz **Sousa Pontes**

Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**

Izilda Quaresma dos Ramos **Domingos**

Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d'Alva

Jozino Malupane da **Veiga**

Laudino Afonso **de Jesus**

Lourenço Aguiar **Freitas**

Messias Luís Fernandes **Pereira**

Nito de Sousa Viegas d'Abreu

Orlando Borges **da Mata**

Olinto Andrade Vaz do Rosário

Ossáquio Perpétua Riôa

Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**

Silvestre Moreno **Mendes**

Sólito da Cunha **Lisboa** Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das **Neves** Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Andrade Correia Catarina

Arlindo Barbosa Semedo

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos **Santos**

Eláckio Afonso da **Marta**

Ermilinda José Dias **Borges** de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Gaudêncio Luís **Costa**

Jerónimo Lima Pires **Quaresma**

Jorge Lopes **Bom Jesus**

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de **Barros**

Osvaldo Eduardo **João**

Osvaldo António Cravid Viegas d' Abreu

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis **Faleiro**

Baltazar Albertina **Quaresma**

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldimiro Emiliano **Manuel**

João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento BASTA (MB)

Delfim Santiago das Neves
Levy do Espírito Santo Nazaré

Permita-me que saúde a Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, o Sr. Ministro do Estado, Economia e Finanças, a todos os Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os Técnicos presentes na Sala, os Assessores Parlamentares e de uma forma muito especial os nossos internautas que nos seguem sempre, o nosso bom dia, os que estão cá e os da diáspora.

Antes de passarmos para o Período da Ordem do Dia propriamente, solicito a Sra. Secretária da Mesa se temos algum empossamento.

A Secretária (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, temos dois empossamentos.

Sra. Presidente, Srs. Ministros cá presentes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação social, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Vou proceder então à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos 20 dia do mês de Março do ano 2025 compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos, Gaudêncio Luís Costa e Olimto Andrade Vaz do Rosário, dos Círculos Eleitorais de Mé-Zóchi e Lembá, em substituição dos Srs. Deputados Adelino Cruz José da Costa e Danilo Francisco dos Santos Quaresma, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados, substitutos, prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária da Mesa que o lavrou».

A Sra. **Presidente**: — Peço à Sra. Secretária que apresente os expedientes realizados pela Mesa.

A Secretária (Bilaine Ceita): — Vou proceder, então, à leitura dos diplomas pendentes na Mesa da Assembleia Nacional.

Em termos de Projecto de Lei, temos o n.º 4 de autoria de um grupo de Deputados, nomeadamente, Elísio Teixeira e Edimilson Amoço, «Nova Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe». Data de entrada, 17 de Agosto de 2023, foi aprovado na generalidade no dia 3 de Dezembro de 2023 e está agendado para a reunião plenária de hoje, 20 de Março de 2025, para votação final global.

Temos também o Projecto de Lei n.º 9 de autoria de um grupo de Deputados, nomeadamente; Elísio D'Alva Teixeira, Jorge Bondoso e Teodorico de Campos, cujo teor é: «Lei de Repristinação de Alguns Articulados da Lei n.º 13/2008, Estatuto do Ministério Público de 7 de Novembro». Deu entrada no dia 13 de Março de 2025, no entanto os proponentes foram notificados para regularizarem as insuficiências verificadas.

Em termos de Projecto de Resolução temos o n.º 81, «Eleição de um Representante da Assembleia Nacional para o Concelho Superior de Defesa Nacional». Deu entrada no dia 12 de Fevereiro de 2025, com a mesma data de admissão, está agendada a análise deste documento na reunião de hoje 20 de Março de 2025.

Temos também o Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano económico de 2025. Trata-se do Projecto de Resolução n.º 84, está agendada para a reunião plenária de hoje.

Em termos de proposta de lei, da autoria do XIX Governo Constitucional, temos a Proposta de Lei n.º 34, criação da Comissão Organizadora das Comemorações do 50.º Aniversário da Independência Nacional. Deu entrada no dia 14 de Março de 2025, foi admitido a 17 de Março de 2025, tem pareceres da 1.ª e 4.ª Comissões, está agendada também a sua análise, discussão e votação para esta reunião plenária de hoje.

Em termos de requerimento, temos o Requerimento n.º 27 da autoria do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, que pede a Mesa da Assembleia Nacional para que junto ao Governo seja informado da situação da área de Ubua-Budo, que estava sendo gerida pelo Sr. Deodato Tiny. Deu entrada no dia 25 de Fevereiro, foi admitido a 26 de Fevereiro e o Governo, através da Ministra da Justiça e Assuntos Parlamentares, remeteu à Assembleia Nacional toda a informação relacionada com o referido dossier, através de um ofício.

A Sra. **Presidente**: — Vamos passar agora para declarações políticas. O Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN não apresentou pedido para declarações políticas, quer dizer que não vão fazer.

Chamo para a sua intervenção de declaração política o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sra. Ministra da Justiça e Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro da Economia e Finanças, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia a todos.

Depois da crise política que abalou o País no início deste ano e que culminou com a demissão do XVIII Governo Constitucional, o MLSTP/PSD, enquanto Partido que lidera a oposição, numa clara manifestação de maturidade política, responsabilidade cívica e apurado sentido de Estado, decidiu viabilizar o Programa do XIX Governo Constitucional, liderado pelo Dr. Américo Ramos, para evitar o cenário de eleições antecipadas que seria muito desastroso para o País, no contexto económico actual, e garantir alguma estabilidade política e governativa. Todavia, queremos deixar bem claro que o acto de viabilização do Programa do Governo não deve ser interpretado como atribuição de uma carta branca ao actual Governo para fazer o que bem entender, sem a fiscalização e o acompanhamento dos órgãos competentes, nomeadamente a Assembleia Nacional.

O MLSTP/PSD concedeu o benefício da dúvida a este Governo, mas estará sempre atento e presente na defesa dos superiores interesses da Nação e do povo sâo-tomense.

Vamos continuar a promover com toda a dedicação uma oposição construtiva e responsável, para que os anseios e os sonhos dos sâo-tomenses não continuem a ser adiados por mais tempo e para nos afirmarmos cada vez mais como uma alternativa credível a este poder actual e a única força política capaz de resgatar as promessas adiadas do desenvolvimento económico e do progresso social de São Tomé e Príncipe.

Sra. Ministra, Sr. Ministro, Caras Deputadas, Caros Deputados, com efeito, a situação económica e social do País é preocupante e não podemos perder mais tempo com as nossas politiquices internas e com as manobras de diversão que uns e outros vão protagonizando, na tentativa de «tapar o sol com a peneira», justificar o injustificável, sobretudo, quando tiveram várias oportunidades para fazer o melhor, e fracassaram sempre.

Há uma dura realidade que nos entra pela porta todos os dias e que nos obriga a todos, agentes e decisores políticos, a adoptar uma atitude mais patriota, mais séria, mais determinada e nós Deputados, em particular, uma postura mais intervintiva e responsável.

Esta dura realidade diz-nos que o custo de vida e a inflação continuam insustentáveis; que o desemprego atingiu números históricos, sobretudo, entre os jovens; que o salário da Função Pública continua a ser pago com atraso e às vezes com recurso a crédito bancário; que os produtos nacionais aumentam de preços todos os dias; que continua a haver escassez de vários produtos importados no mercado e que continua a faltar medicamentos e consumíveis nos hospitais e centros de Saúde; que os assaltos e roubos aumentam de forma descontrolada; que o abuso sexual e a violação de menores ganhou hoje carácter de flagelo público; que a Justiça continua morosa, cara e ineficiente; que os estudantes bolseiros continuam a gritar por socorro todos os dias; que o abandono do País por parte dos jovens, enfermeiros, professores, carpinteiros, canalizadores, electricistas e outros continua a um ritmo galopante, com os nossos emigrantes a enfrentarem situações cada vez mais adversas em Portugal, sobretudo, a nível da habitação, sem que as pessoas responsáveis começem ao menos a reflectir sobre a forma de lidar com este problema grave, com consequências incalculáveis para o nosso país.

Por outro lado, os projectos estruturantes com financiamentos garantidos não avançam ou vão sendo adiados *sine die*, como é o caso do Liceu de Caué, das Pontes de Lembá e Brigoma, do Hospital de referência ou do Projecto de Captação de Água em Cantagalo, sem esquecer as infra-estruturas rodoviárias que gritam por uma intervenção urgente, como é o caso da estrada do sul, da estrada de Mato Cana, de Óbô-longo, de Bôbô-Fôrro e da estrada que liga Guadalupe a Neves, dentre outras.

A nossa economia está estagnada, o sector privado está asfixiado e moribundo, e nos últimos anos não conseguimos criar condições necessárias para captar o tão propalado investimento directo estrangeiro, capaz de gerar empregos e criar riqueza.

Em traços muito resumido, é essa a nossa dura realidade actual.

Diante deste cenário preocupante, este Governo introduziu na Assembleia Nacional o mais volumoso OGE de sempre, avaliado em mais de 250 milhões de euros, com promessas de aumento salarial generalizado e melhoria das condições de vida dos sâo-tomenses. Embora esse OGE nos levante muitas dúvidas em relação à sua real execução, iremos participar no debate com toda a responsabilidade, apontando as falhas e apresentando propostas de melhoria para o bem de São Tomé e Príncipe.

Contudo, há algumas situações que requerem esclarecimento por parte do novo Governo e que não vamos deixar passar em branco.

Srs. Ministros, continuamos à espera das cópias dos contratos de produção e comercialização da energia, assinado entre o anterior governo e a Empresa TESLA, SA, e do contrato de concessão da gestão do Aeroporto, que já foram considerados pelo actual Governo como contendo clausulas altamente lesivas aos interesses do Estado. Esta situação é tanto mais grave, porque no caso da EMAE tivemos informações de que alguns dos novos geradores estão inoperantes, mas a EMAE continua a pagar um valor fixo pelos 10 megawatts contratualizados.

Continuamos à espera do contrato de crédito assinado entre o anterior governo e Afreximbank, que nos tem obrigado a pagar só de juros mais de 1,5 milhão e euros por ano.

Precisamos também de saber ao pormenor em que porto está o contrato de concessão do Porto de Ana Chaves, que foi suspenso no ano passado, alegadamente para ser renegociado.

Acima de tudo, precisamos saber o que o Governo tem estado a fazer para apurar as responsabilidades inerentes ao processo de negociação e assinatura desses contratos, sem o respeito pelas regras vigentes,

para que o País não venha a pagar no futuro pela má-fé, incompetência, e ambição desmedida de uns e outros que se julgavam donos de São Tomé e Príncipe.

Para terminar, gostaríamos de tocar no dossier 25 de Novembro.

Cara Ministra, sobretudo Sra. Ministra da Justiça, Caros Deputados, não podemos continuar a empurrar esse assunto com a barriga e atirar a poeira para os olhos dos sãotomenses. De uma vez por todas, temos que acabar com esta brincadeira da pretensão de instalação do Tribunal Militar, sem condições objectivas de funcionamento, considerando as posições defendidas publicamente por iminentes juristas nacionais e estrangeiros de que a existência desse Tribunal Militar é, no quadro legal vigente, totalmente inconstitucional. Ao nosso ver, toda esta acção à volta deste Tribunal revela apenas a tentativa de se adiar indefinidamente este julgamento. Mas antes de tudo, este Governo tem que dar sinais de que efectivamente está comprometido com a resolução deste caso, começando por cumprir a orientação do Ministério Público e suspender de imediato todos os militares que estão formalmente acusados neste processo para a preservação da imagem e do bom nome da instituição Forças Armadas de São Tomé e Príncipe e a imagem do próprio Estado sãotomense. Já diz o antigo provérbio popular, «à mulher de Cesar não basta ser séria, tem que parecer séria».

Aproveitamos também para apelar a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, para que de uma vez por todas influencie a rápida aprovação e divulgação do relatório final da CEAAC sobre os referidos acontecimentos, para que este documento deixe de ser motivo de tantas especulações e possa eventualmente contribuir para a descoberta da verdade.

A nossa paz social e o nosso futuro colectivo dependem também do cabal esclarecimento deste processo, pois a culpa não pode outra vez morrer solteira.

Applauso do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro das Finanças, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Casa Parlamentar e da Comunicação Social, e a toda população sãotomense, residente em São Tomé e na diáspora, todos os nossos seguidores, permitam-me, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, saudar-vos.

Considerando que estamos no mês consagrado à celebração do mês internacional da mulher, data marcante, a declaração política do Grupo Parlamentar do ADI está neste ensejo direcionada à mulher, com a devida atenção aos homens.

É indiscutível que por natureza própria a mulher seja considerada a mãe da humanidade e, portanto, um dos pilares indispensáveis do sucesso de toda e qualquer Nação. Não obstante o facto de que o País ter vindo a honrar os compromissos assumidos ao nível internacional em matéria de igualdade e equidade de género, aproximando-nos da celebração de meio século da nossa independência, é notório que as mulheres continuam a enfrentar fortes desafios. Dentre eles, são tantos que passo a citar alguns: a falta de desmistificação sobre a importância da equidade do género e a violência baseada no género. Como sabem, a cada dia que passa o caso da violência baseada em género tem estado a aumentar, o abuso sexual, sobretudo de menores e não só, de pessoas idosas. Daí, é justo que a Justiça faça melhor o seu papel, redobre todos os esforços para pôr cobro a esta situação, tanto é que há uma semana voltou a falecer uma menor da zona de Santa Catarina, infelizmente; o fenómeno da emigração, justificado muitas vezes pela procura de melhor condições de vida, tem resultado em abandono de lar e em particular dos filhos; insuficiência de condições para promoção de educação especial, no âmbito da formação profissional para as mulheres com deficiência devido às barreiras físicas e sociais; inexistência de infra-estruturas para o acolhimento de crianças menores de 3 anos em muitas comunidades rurais, o que condiciona a possibilidade de trabalhar; falta de equipamentos agrícolas de pequeno calibre que possam facilitar o trabalho das mulheres agricultoras, o que consequentemente aumenta a sua carga de trabalho e reduz a sua produtividade. Todos eles evidenciam que ainda há muito por fazer para assegurar a concretização efectiva dos princípios subjacentes à questão de equidade e igualdade de género em São Tomé e Príncipe.

Acreditamos contudo que a solução passará pelo apoio eficaz às questões relativas a necessidades estratégicas, mas sobretudo práticas para as mulheres, no sentido de participarem activa e equitativamente no desenvolvimento do País. É hora de agirmos mais, ir além da retórica e tomar medidas concretas, para garantir mais oportunidades para as mulheres e jovens raparigas do País.

Assembleia Nacional, Governo, nossos parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e todos os cidadãos sãotomenses, continuemos a trabalhar juntos para um São Tomé e Príncipe mais forte e resiliente, que corresponda às expectativas e às aspirações do povo e em particular das mulheres.

As mulheres, sejam uma referência onde estiverem, pois o vosso sucesso ou insucesso reflete claramente sobre o acesso de cada uma de nós a este ou aquele lugar.

Para terminar, gostaríamos de deixar uma palavra aos homens. Não existe o mundo apenas de mulheres e nem tão pouco apenas de homens. Temos que caminhar de mãos dadas, podemos até divergir em opiniões, mas se trabalharmos juntos todos sairemos a ganhar. O sucesso feminino pode ter ajuda do homem, do mesmo modo como o sucesso masculino pode ter ajuda da mulher, mas ainda, como é comumente dito, «a caminhada torna-se mais leve quando a companhia boa é».

Obrigada pela atenção dispensada e um bem-haja a todos.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Alda Ramos, que fez intervenção política em nome do Grupo Parlamentar do ADI.

Vamos passar para intervenções de interesse político relevante, temos inscrições dos três Grupos Parlamentares. Cabe-me informar que os Deputados do Movimento BASTA não submeteram qualquer inscrição a Mesa, portanto não poderão fazer uso da palavra neste período.

Está aberta a inscrição, só para nós organizamos a ordem de intervenção. Sras. e Srs. Deputados, inscrevam-se por favor!

O tempo é de 1 hora, sendo para o ADI 33 minutos, para o MLSTP/PSD 20 minutos, para o MCI/PS-PUN 5 minutos e para o BASTA, se se tivesse inscrito, seriam 2 minutos.

Estão inscritos, mas a Mesa não pode ir chamando, a não ser que os Deputados façam um sinal de que querem fazer a intervenção. Caso contrário, vamos passar de imediato para outro ponto, já no período da ordem do dia.

Há intervenção? Quem vem?

Tem a palavra o Sr. Deputado e Líder Parlamentar, Raúl Cardoso.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia, bom dia. Gostaria de cumprimentar também as Sras. e os Srs. Deputados da Nação, cumprimentar a Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, os Funcionários Parlamentares, os Técnicos da Comunicação Social, um bom dia a todos e um bom dia também ao nosso povo, tanto aqueles que residem no nosso país quanto aqueles que estão na diáspora.

Presidente, se nós formos ver, houve duas declarações políticas esta manhã. E tanto uma como outra tocou numa questão que deve preocupar a todos os são-tomenses, a violação e abuso de menores. É algo que está a ultrapassar dos limites. Sra. Ministra, é preciso que a nível da investigação se apure responsabilidades e que haja tolerância zero em relação a isto. Nós não podemos estar a assistir no nosso país, semana após semanas, situações que são gravíssimas e que levam à morte de menores. Essas crianças têm estado a morrer na sequência desses abusos, portanto, que é feito da maneira mais desumana que pode existir.

Portanto, já uma vez a Sra. Ministra esteve cá numa Conferência de Líderes, falamos sobre isto e a senhora viu que da nossa parte, enquanto deputados, estamos todos empenhados em fazermos alguma coisa para travar isto.

Eu não posso, por exemplo, ter uma menor em casa e sair de casa sem saber se, quando eu chegar, ela estará bem, se já não foi vítima de uma violação. Por quê? Porque há casos como o caso da Elisabete. Há vozes que dizem que um indivíduo já foi apanhado, só a Sra. Ministra pode saber se esta informação é verdade ou se é mentira, mas é um caso tão hediondo que é uma falta de respeito a todo o povo, a pessoa que fez isto continuar aqui a circular normalmente. Que dizer, não pode continuar assim.

Agora, em Santa Catarina, mais um caso duma menor até com problemas, foi uma pessoa surda. Mas o que é isto que nós andamos a fazer? Portanto, nós estamos aqui para mais uma vez falar disto, mas dizer que a tolerância a este assunto tem que ser mesmo zero. Seja quem for a pessoa, não quero saber o estatuto da pessoa, seja quem for a pessoa, tem que ser enquadrado no rigor da lei. Se tiver que ir para a cadeia, vai para a cadeia, mas nós não podemos continuar a assistir a isso.

Sabemos de caso de pais. Se o pai envolveu com a filha, o pai vai para a cadeia. Padrastos, não pode continuar a acontecer.

E eu espero que da nossa parte, enquanto deputados, tudo que chegar aqui em termos de matérias legislativas para tratar, vamos fazer o nosso melhor, mas temos que nos unir, enquanto Nação, para acabar com esse flagelo.

Portanto, muito obrigado, Sra. Presidente.

Aplauso geral.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente, bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra bom dia, Srs. Técnicos, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora.

Sra. Presidente, ainda bem que tem cá hoje a Ministra da Justiça, que é Magistrada de carreira, e até há bem pouco tempo esteve no exercício dessas funções.

Sra. Presidente, Sra. Ministra, temos tido de forma estranha, esquisita, deixando andar, com vontade de morrer, o processo de 25 de Novembro. E por quê? Em seu momento certo, o Ministério Público, onde a Sra. hoje Ministra, anteriormente magistrada, remeteu ao Supremo Tribunal de Justiça um recurso, questionando que o processo de 25 de Novembro devesse ser tratado nos tribunais comuns, como manda a lei. Estranhamente, o Supremo não anuiu ao recurso do Ministério Público. Quer dizer, quando nós estamos a tratar de assuntos, e eu dizia aqui em tempos, fiz um comentário aqui neste púlpito, e fui mal interpretado por alguns Srs. Deputados, quando eu disse que nós temos muitos professores de Direito que explicam em

função da cor que lhe apetece. E eu não fazia referência a nenhum deputado, mas fui mal interpretado. Mas hoje nós estamos mais uma vez em presença desta situação.

Nós sabemos o quê que diz a lei. A lei diz que crimes desta natureza é para o tribunal comum. Não tem nada de guerra neste processo. Primeiro, ele tem que ser tratado no tribunal comum. Se o exército ou os outros entenderem que existe matéria para procedimento criminal ao nível do Tribunal Militar, que se entenda. Mas uma pessoa não pode ser julgada duas vezes pelo mesmo crime.

Portanto, eu trago este assunto por quê? Porque toda esta tramoia é tão simplesmente para que o processo não ande, não chegue à conclusão.

Eu trago uma proposta e espero que a Sra. Ministra da Justiça possa ser mensageira para os destinatários.

Se nós ouvimos a declaração política do MLSTP/PSD, está claro que o Tribunal Militar instituído não vai resolver este problema como está. Daí que proponho que nós encontremos um meio termo, dotar o Tribunal Militar de magistrados jubilados de outras paragens, cujo ordenamento jurídico se assemelhe ao nosso, e nós temos vários casos na lusofonia, não precisamos de ir muito mais longe, que possam ser por nós chamados, contratados, como entendermos, para prestar assessoria, entre aspas, porque tem que ser uma assessoria vinculativa aos nossos magistrados do Tribunal Militar, sem a qual este assunto nunca mais vai sair do papel.

Nós ouvimos os comentários que estão a ser feitos ou têm sido feitos pelo Bastonário ou pela Ordem dos Advogados. É preciso que se ultrapasse todo esse cenário e consigamos de facto resolver o problema.

De facto, nós temos dificuldades em entender a nossa Justiça. Nós não podemos continuar a dizer que hoje estou de uma camisa branca, mas um vai dizer não, estás de uma camisa preta. Não podemos continuar com isso. É branca, é branca.

E há pouco tempo disse o meu Líder Parlamentar: enquadramento no rigor da lei. E é isto que tem que ser feito.

Portanto, Sra. Ministra, esta é a minha contribuição, o meu apelo, a minha reclamação, a minha indignação, como disse ontem alguém, o defunto também quer descansar em paz, mas não descasará em paz, enquanto não souber da justiça.

Muito obrigado.

Applausos do MLSTP/PSD e do BASTA.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Danilo Santos, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Freitas.

O Sr. Lourenço Freitas (ADI): — Obrigado Sra. Presidente. Saúdo a todos nessa Sala com a bendita paz do nosso Senhor Jesus Cristo. Devemos todos agradecer a Deus por ter-nos concedidos mais um dia de vida, e graças a isso é que estamos presentes.

Quero cumprimentar primeiramente a Sra. Presidente da Assembleia, o Sr. Ministro das Finanças, a Sra. Ministra da Justiça, Caros Deputados e Distintos Técnicos desta Assembleia Nacional.

O caso que me leva a fazer esta intervenção é a situação de um cidadão são-tomense residente em Angola há quase 50 anos, e que se encontra muito debilitado há mais de 2 anos. O mesmo, estando na situação em que se encontra, não consegue renovar o seu documento de residência. E sendo assim, ele não consegue movimentar a sua conta bancária. Tem cerca de 2 anos de salário no banco e não consegue levantar, por não ter cartão de residência em dia.

É triste essa situação. A filha já recorreu à Embaixada, mas infelizmente nem a embaixada, nem o Deputado conseguem resolver isso, porque é uma questão da instituição que responde por isso, neste caso, Emigração e Estrangeiro de Angola. E pela lei angolana, logo que o cartão perde a validade, começam a dar uma multa. E tendo a multa acumulada há tanto tempo, o senhor não tem a possibilidade de pagar a multa para a renovação do cartão e, consequentemente, conseguir movimentar a sua conta. A única instituição que pode fazer isso é o Serviço de Emigração, isentando a multa, para que ele consiga renovar o cartão.

Eu faço um apelo à Sra. Ministra, se pudesse contactar as autoridades angolanas, neste caso o Ministro do Interior, para pedir que se isentasse a multa que o senhor deve pagar, para ver se consegue movimentar a conta, porque ele depende daquele dinheiro para o seu sustento e também para comprar medicamentos e ir ao médico.

Durante quase três décadas que eu vivo em Angola, sempre que vão lá os nossos dirigentes, levam em carteira o fortalecimento da amizade entre Angola e São Tomé. Agora eu pergunto, fortalecendo a amizade entre Angola e São Tomé, sendo um país tão vizinho, tão irmãos, por quê não implementamos uma política que possa realmente defender os interesses dos cidadãos residentes naquele país, e os deixamos sempre de forma tão vulnerável?

Esse senhor que a filha teve a coragem de ir até uma televisão revelar a sua situação é apenas um de muitos casos que existem em Angola.

Eu acho que o Governo deve arranjar um meio termo para resolver essas situações dos cidadãos, porque nós estamos numa situação muito lamentável, até parece de esquecimento. É o momento de nos

unirmos e virarmos a página. Se somos tão amigos e irmãos, como dizemos, então, tem-se que arranjar um meio termo para defender a nossa comunidade são-tomense em Angola e nos outros países também, tanto em África como na Europa, e não os deixar assim a Deus dará.

Então, para esse e outros casos, é preciso a união de todos os Deputados e o Governo, para que nós possamos buscar uma solução que resolva os nossos interesses.

Deus nos concedeu, neste momento, um período de bastante harmonia aqui nesta Sala parlamentar, é de saudar, porque em outros tempos olhávamos uns para outros como inimigos, quando na verdade somos todos são-tomenses e defendemos o mesmo ideal.

É bom que não interpretemos o facto de este ou aquele fazer uma crítica a nós, que ele é nosso inimigo. Não, não, não. Ele está a defender São Tomé e Príncipe. Se, eu Lourenço Freitas, Deputado, tiver cometendo algo de errado, tenho que admitir que alguém venha cá à frente criticar o Lourenço Freitas. É assim que deve ser.

Sem querer salientar mais, obrigado a todos, que Deus abençoe São Tomé e Príncipe.

Aplauso do ADI.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Lourenço Freitas, do Círculo Eleitoral da Diáspora Africana.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eldimiro Manuel.

O Sr. Eldimiro Manuel (ADI): — Sra. Presidente, muito bom dia, bom dia aos demais membros da Mesa, Sr. Ministro, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, também estendo saudação a todo o Povo, em São Tomé e Príncipe e na Diáspora, com destaque para o povo do Distrito de Lembá.

Srs. Ministros, representantes do Governo, eu trago para este lugar, neste momento, um apelo de algo que efectivamente tem afectado o Distrito de Lembá. Aqueles que não visitam Lembá, certamente não conhecem as dificuldades que enfrentamos. Eu faço referência à situação da estrada que liga Guadalupe ao Distrito de Lembá. Nós temos o asfalto totalmente deteriorado, propiciando acidentes em vários troços de estrada do Distrito de Lembá, sobretudo a nível dos motociclistas.

E também temos a situação de água potável em Lembá. Consumimos uma água que eu acredito que os senhores, se se deslocarem a Lembá, teriam receio de consumir.

Portanto, é necessário que vejamos aquela situação, uma vez que isso vem condicionar a saúde da população do Distrito de Lembá.

E outro ponto, quero fazer referência ao marco histórico de Anambó, que praticamente é um sítio esquecido pelo Governo. Se de facto tivermos que fazer uma visita lá agora, vamos constatar algo que é triste dizer. Posso dizer que aquilo já não é um marco histórico, porque para nós chegarmos ao locar temos que atravessar o rio e, se vier uma cheia, não conseguimos retornar.

Também gostaria de me referir aos sinais da TVS e da Rádio Nacional, que são uma calamidade em Lembá. Neste momento estou a falar, mas as pessoas de Lembá não estão a conseguir me ver e nem me ouvir, porque a TVS e a Rádio Nacional são para se esquecer em Lembá. São situações que nós temos que ver se o Governo consegue resolver o quanto antes.

E para não focar só em Lembá, a nível nacional, também quero apelar que o Governo possa criar mecanismos para a recolha dos doentes mentais em várias paragens da Capital, porque há 2 semanas eu fui agredido por um doido, na Cidade Capital. Acredito que se eu não fosse o que sou, deveria ter agido contra aquele doido. Mas pensando no que sou, controlei-me muito.

Trago este apelo, porque para nós andarmos na Cidade e nos sentirmos à-vontade, temos que recolher os doidos, para não se repetir coisas desse género.

Obrigado, era mais ou menos isso que eu queria apresentar aqui.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Eldimiro Manuel.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. Jozino Veigas (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, restante da Mesa Sras. e Srs. Deputados, são-tomenses, em São Tomé e Príncipe, especialmente os que residem na diáspora, muito bom dia.

Hoje, eu venho aqui com um sentimento de preocupação, para trazer o desafio que alguns dos nossos conterrâneos em Portugal têm vivido, que tem a ver com a crise habitacional. Com a crise habitacional, muitos dos nossos conterrâneos, sem alternativas, vivem numa situação pouco desejável, é o caso daquelas pessoas que vivem nas barracas e muitas das vezes em algumas casas, entre aspas, ilegais, porque alegam que o seu salário é insuficiente para cobrir a despesa. Também outros dizem que mesmo com dinheiro não há habitação, e é uma realidade em Portugal. E quando se tem dinheiro, o senhorio pede a renda com duas ou três cauções. Hoje em dia, para arrendar uma casa em Portugal, quase que se tem que ter no mínimo pelo menos 4000 euros e isso faz com que muitos de nossos conterrâneos recorram a essas situações, e às vezes eu vejo algumas pessoas, alguns dos nossos conterrâneos, a enovalhar nas

redes sociais, porque quem mandou invadir o espaço, mas depois de estar de perto juntamente com essa população, vi que não têm alternativas mesmos. Não têm alternativas.

Por isso, eu deixo um apelo, uma vez que está cá o Governo, para ver junto às autoridades portuguesas, no sentido de encontrarem uma solução viável para ambas as partes, porque muitas das vezes essas pessoas não estão lá porque querem. E porque não têm alternativas, ou pelo facto de não terem ajuda para encontrarem casa. Ou ajudarem pelo menos com uma renda participada. E existe muitos programas junto às Câmaras, que podemos ver se pode ser útil para São Tomé e Príncipe.

E quero também aproveitar, como se fosse um conselho, e espero que aqueles que querem emigrar, não me levem a mal, mas é necessário nós sentarmos e refletirmos quando queremos emigrar, se realmente temos habitação e um trabalho garantido em Portugal, depois para aventurem na deslocação para Portugal. Porque nós já começamos a viver numa situação que envergonha muitos dos nossos. Agora os são-tomenses, em quase todas as TV, são notícias.

Tenho acompanhado o caso da Marinha do Tejo, Talude, e eu aproveito também para pedir ao Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, uma vez que ultimamente o Sr. Primeiro-Ministro estava em Portugal e disse que vai reservar os momentos para visitar a nossa comunidade, que vá a Talude, a Monte Moro, à Marinha do Tejo, a Trafaria, ver a situação que os nossos conterrâneos estão a viver. São-tomenses não são só aqueles que vivem nos prédios. Há muitos são-tomenses a viverem numa situação lastimável. E há casos de pessoas, mãe e pai, que têm menores nessa situação. E já começa a haver situações em que as autoridades portuguesas estão a retirar as crianças para adoção, e nós sabemos que essa é uma situação que não é nossa realidade. Isso nos choca. Então, é necessário tomarmos em consideração isso e começarmos a trabalhar, para que possamos evitar essas situações.

Obrigado.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Jozino da Veiga, Deputado eleito pelo Círculo Eleitoral da Diáspora Europeia.

Tem a palavra a Sra. Deputada Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos**: — Sua Excelência Presidente da Assembleia, Srs. Deputados e Deputadas, Sr. Ministro de Estado da Economia, Sra. Ministra da Justiça, São Tomé e Príncipe e os que estão na diáspora, bom dia.

Vim em nome do povo de Bôbô-Fôrro e do Mercado de Bôbô-Fôrro.

Há uma notícia a circular no Mercado esta manhã, que estava bem agitado, em que se dizia que se vai abrir o Mercado Municipal para as pessoas que estão na Cidade. A população está a organizar e disseram que também virão para a cidade e deixarão de vender no Mercado de Bôbô-Fôrro. O Governo não ligou para mim, não tenho conhecimento, mas venho aqui pedir que tentem fazer as coisas bem, que não aceitem as pessoas neste momento, porque o dia 20 de Abril fará 5 anos que estamos em Bôbô-Fôrro, cada um no seu lugar, contentado e estamos à espera que as pessoas que estão na cidade subam.

Segundo ponto, quero falar da estrada de Bôbô-Fôrro, que está a ser tapada. Gostaria que o Governo passasse por lá para dar uma vista de olhos naquela obra, porque estão a tapar a estrada muito mal. Não merecemos isso! Devem tapar a estrada e fazer uma coisa bonita. Mas estão a tapar estrada como se tapava a panela antigamente. Está muito feio.

Hoje, recebemos muitos turistas lá no Mercado de Bôbô-Fôrro. As pessoas que vêm de fora, o primeiro lugar que vão é ao Mercado de Bôbô-Fôrro, e temos que melhorar o Mercado.

Terceiro ponto, eu gostaria de falar do caso 25 de Novembro. Queremos que se faça justiça em relação àquelas pessoas que mandaram os jovens para o Quartel. Nós as palaiês sabemos tudo, as mães, aqueles que perderam os seus filhos, foram para o Mercado explicar-nos tudo, mas isso não nos diz respeito. Venho em nome das mães que perderam os seus filhos e em nome de cada um que está a sofrer, para que se faça justiça, com aqueles que levaram os jovens para fazer treino e os caminharam para o Quartel, para serem mortos brutalmente. Que haja justiça!

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro das Finanças, Sras. e Srs. Deputados, a todos os são-tomenses que nos escutam cá em São Tomé, bem como aqueles que nos acompanha na diáspora, bom dia.

Dizer-vos a todos que é com alguma tristeza que participo na discussão e debate de alguns assuntos aqui na nossa Casa Parlamentar, e não só. Estamos a caminhar para 50 anos de independência e francamente é com tristeza que ainda discutimos o problema de falta de água e saneamento do meio. 50 anos! Ainda discutimos falta de infra-estruturas rodoviárias, estradas completamente esburacadas. Quem chega a São Tomé, logo do Aeroporto ao centro da Cidade vê como estamos. 50 anos de independência, ainda estamos a discutir essas coisas. Acho que deveríamos estar a discutir a acessibilidade rodoviária na

nossa capital, se calhar estradas, pontes, por aí fora, e não deveríamos estar a discutir estradas completamente esburacadas.

Estamos com problemas de água, que é gritante.

Na sessão passada, fiz referência à falta de água no centro da Trindade. Eu disse bem que no centro da Trindade hoje não sabemos se estamos na época da Gravana ou da Chuva, não sei em que época estamos, só sei que estamos com carência de água de forma assustadora.

Há 2 meses que a água quase que não escorre em muitas casas no centro da Trindade, mas temos que pagar a EMAE. Se não pagamos, ficamos sem energia. Quem não paga água, fica sem energia. Se fosse só água, se calhar muita gente não estaria a pagar.

Por isso, acho que temos que trabalhar, penso eu, para que aqueles que Deus der vida, dentro de 50 anos, não estejam a discutir essas coisas: saneamento do meio, falta de água, de energia. Até que graças a Deus temos a situação da energia melhorada. Mas água, saneamento, estradas, venho cá discutir isso, mas com muita tristeza.

Já agora, gostaria de apelar ao Governo, e não só, temos que começar a entender que todos e cada um de nós temos que assumir a sua responsabilidade. A questão de manutenção dessas nossas estradas que já foram construídas há pouco tempo. Estou a referir, por exemplo, à estrada da Cidade Capital a Guadalupe. Temos uma estrada que foi construída, temos que trabalhar na perspectiva de mantê-la. Garantir a manutenção dessas estradas, porque uma das causas da deterioração das nossas vias tem a ver com a manutenção. Construímos estradas e deixámo-las completamente abandonadas, ninguém faz a manutenção devida e as estradas destroem-se em muito curto espaço de tempo.

Também tomo como minha a questão que aqui levantou o colega Deputado do Círculo Eleitoral da Diáspora, nesse caso Europa, e falou sobretudo de Portugal.

Acho que temos que começar a falar a verdade aos nossos conterrâneos, porque a situação de algumas pessoas que vão a Portugal à procura de melhor condições de vida que se organizem bem antes de chamar os outros conterrâneos. As pessoas chegam ali e estão em condições deploráveis e os outros, sentindo-se motivados, vão só. Se você não vem, quer dizer que está tudo bem. Também não é assim. É preciso que as pessoas também começem a falar a verdade, porque a situação não está de facto bonita, e é muito triste estarmos a ouvir o que está a acontecer em Portugal com os nossos concidadãos.

Se as pessoas estão atentas, sabem que a situação não está para brincadeira. É preciso ir lá de facto, como dizia o companheiro, para observar que a situação está muito, mas muito complicada.

Não sei o que fazer, mas o que penso é que cada um tem que se conscientizar de que é melhor fazermos um esforço para melhorarmos a nossa terra, do que irmos de qualquer forma emigrar e passar por situações extremamente precárias. Mas isso depende, obviamente de cada um, porque somos cidadãos livres e independentes, para circularmos por onde quisermos. Mas é preciso também termos a consciência de que, quando a coisa não está bem, temos que chamar a atenção das pessoas de que o que vão encontrar também não é nada mar-de-rosa, que a situação está extremamente difícil.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional e demais membros da Mesa, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro das Finanças, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Técnicos desta Casa Parlamentar e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, que reside no País e na diáspora, e especialmente a população de Caué, bom dia.

Para dizer que há uma semana efectuei uma visita à Região de Porto Alegre e durante o percurso me deparei com materiais de construção amontoados em vários pontos da estrada. É uma situação que me chamou atenção que de facto ainda continua a existir abate indiscriminado e abusivo de árvores.

Sabemos que é uma situação que o Governo tem estado a envidar esforços no sentido de combater, se é que o fez, mas foi só aqui na zona baixa, nomeadamente Mé-Zóchi, Cantagalo e agora estão a atacar Caué. Daí que isto me preocupa tanto, também acredito que vos preocupa como Deputados, como legisladores. Então, a minha intervenção é no sentido de exortar, chamar atenção ao Governo, para que tenha mão dura para com aqueles que ainda continuam a infringir a lei que proíbe esta prática, de forma que possamos preservar a integridade do nosso clima.

Se repararmos, temos estado a falar sobre a questão de escassez de água, acredito que uma das consequências da falta de água no Distrito de Caué tem a ver com a alteração climática. Daí que mais uma vez gostaria que os Ministros aqui que representam o Governo possam levar esta preocupação porque é uma situação muito séria.

Ainda continua-se a abater indiscriminadamente as árvores no Distrito de Caué, agora lá é foco. Queremos que possam terminar com esta prática.

Aplauso do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Deputada Celisa Aguiar.

A Sra. **Celisa Aguiar** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro das Finanças, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Técnicos da Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe e em especial Povo de Cantagalo, bom dia.

A minha intervenção é para pedir encarecidamente ao Sr. Ministro, que ajudasse a população de Micondó com a estrada de Micondó. Sei que o Sr. Ministro conhece a estrada, porque já foi para lá, e tenho estado a falar em particular com o senhor, mas não estou a ver o problema da estrada resolvido. Sei que a estrada de Micondó não está no orçamento, mas não sei se o Sr. Ministro pode arranjar uma forma de ajudar as pessoas de Micondó com aquela estrada. São apenas 1.5 ou 1.8 metros, por aí. A população não quer estrada em asfalto, quer estrada em calçada, por isso não sei se dá para o Sr. Ministro ajudar.

A outra minha intervenção é sobre o Posto de Água Izé, que carece de transporte para transportar os doentes das suas localidades para o Posto ou para o Hospital Central. Há carência de transporte naquele Posto.

Sei que água para Cantagalo está em curso, gostaria que o Sr. Ministro, junto ao Sr. Ministro da Saúde, arranjasse um mecanismo para arranjar água, mesmo água potável. Os doentes de Água Izé têm dificuldade de água para tomar banho. São os familiares que têm de ir à foz do rio Abade apanhar água, para os doentes tomarem banho. Então, há necessidade de se fazer uma intervenção no Posto de Água Izé.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Ferreira.

O Sr. **Messias Ferreira** (ADI): — Sra. Presidente, Sra. Ministra, Sr. Ministro. Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Vejo que cada são-tomense tem mais problemas que a soma de todos os problemas que São Tomé e Príncipe tem. Um são-tomense, se calhar, tem mais problemas do que a soma de todos os problemas de São Tomé e Príncipe. Porque depois de 50 anos, estamos sempre a discutir os mesmos problemas. Já hoje aqui os meus colegas Deputados realçaram vários problemas, por exemplo, da emigração.

Fui para Portugal em 1978 com os meus pais, ainda pequeno, passei pelos mesmos problemas que os actuais emigrantes passam em Portugal. Também dormi na rua, tive muitas dificuldades de documentação, tudo isso, é exactamente igual. Em 1978 e hoje discutimos os mesmos problemas.

Quero também recuar, já que estou em 1978, lembro-me também, nessa altura, quando éramos ainda jovens, com a nossa independência, existia uma classe que era média baixa e funcionava aqui em São Tomé. Lembro-me que os meus pais, os meus avós, vizinhos, iam para o Gabão, Angola, Portugal e levávamos papagaio, banana, safú e muitas outras coisas que levávamos e vendiam nesses países. Recebíamos o dinheiro, fazímos uma nova compra e regressávamos a São Tomé. Em São Tomé, voltávamos a vender os produtos que trazímos desses países, capitalizávamos o seu investimento, tínhamos mais liquidez, voltávamos a fazer novas compras em São Tomé e voltávamos a vender os nossos produtos nesses países. Iamos sustentando as famílias e tendo algum rendimento. Existia aquela classe média, não era alta, mas uma média baixa.

Passados esses anos todos, o que está a acontecer em São Tomé? Essa classe média, que erra média baixa, desapareceu. Por quê? Ao invés de sermos nós a ir vender os nossos produtos para o exterior, são os estrangeiros, nada de xenofobia, nigerianos, chineses, paquistaneses, libaneses, indianos, que trazem os seus produtos. Já não somos nós que os vamos buscar, eles é que trazem e vendem para nós. Compramos esses produtos, entregamos o nosso dinheiro e eles adquirem os nossos produtos e levam para os seus países e vendem lá.

O que acontece com o Povo de São Tomé? Fica com nada. Por quê? Vamos consumir os produtos que eles trazem e entregamos o nosso dinheiro para eles, trocam em divisa e levam, ficamos muito mais pobres, ficamos sem nada.

Vejam o caso da nossa cidade. Ando muito pela cidade, foram retirados os comerciantes da cidade, tudo bem, concordo. As condições de venda não são boas, falta de higiene, muita desordem, concordo, mas vamos ver quem ainda continua a vender nesses locais, os estrangeiros. Estamos a sucumbir-nos a uma cartelização, a um facilitismo aos estrangeiros em detrimento dos nacionais. Por quê? Porque quem continua a vender com lojas nas nossas cidades são os libaneses, nigerianos, chineses, paquistaneses, por aí fora. O próprio são-tomense, que foi deslocado para fora da cidade e ainda continua com algum comércio, um são-tomense que tem uma loja em Diogo Vaz, em Neves ou qualquer dessas zonas, ainda continua a trabalhar para esses estrangeiros, porque ele a sua mercadoria recebe na mão dos estrangeiros para vender. São funcionários dos estrangeiros. Então, destruímos a classe média são-tomense, já não existe, vamos olhar para isso com olhar de ver.

Portanto, se não olharmos para isso com atenção, vamos passar mais 50 anos a discutir os mesmos problemas e não vamos resolver nada.

Sr. Ministro, Sra. Ministra, já que estão aqui, aproveito para falar sobre esse assunto. Vamos para a raiz de todos os problemas, onde vamos começar por resolver todos esses problemas. 50 anos, ano zero, vamos começar tudo de novo, vamos fazer as coisas bem feitas.

O Governo tem como lema não deixar ninguém de fora, então não vamos deixar ninguém de fora na realidade, no verdadeiro sentido de ninguém ficar de fora.

Portanto, hoje estamos aqui para aprovar o orçamento da Assembleia, para semana estaremos aqui para aprovar o Orçamento do Estado, é mais um orçamento que vamos aprovar, é mais um ano e as coisas até podem melhorar um pouco, mas vamos continuar a discutir os mesmos problemas.

Sr. Ministro, Sra. Ministra, Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, vamos pegar na raiz de todos os problemas, a desigualdade social. Vamos criar um salário mínimo nacional para todos os são-tomenses, 4 000 dobras, salário mínimo para todos os são-tomenses. Acho que o povo quer me ouvir, estou a falar coisa certa.

Fiz uma conta, em que o Governo diz que gasta 5 milhões de euros com salários por mês. Se dividirmos 5 milhões de euros por cerca de 15 000 funcionários, dá uma coisa como 8 000, 9 000 dobras por mês. Então, vamos criar maior justiça. Ao Governo de São Tomé e Príncipe, crie uma nova política, mais igualdade social, mais justiça na distribuição de rendimentos e uma política de habitação mais digna para São Tomé e Príncipe. Essa é a base de todos os problemas. Quando começarmos a trabalhar nisso, todos os outros problemas vão se dissipar.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Também vou aproveitar esta leva dos 50 anos da independência que alguns deputados já falaram aqui, naturalmente meio século de independência, de existência, enquanto país livre, impõe-nos a todos, cidadãos, agentes políticos, decisores políticos, uma reflexão profunda do que tem sido esses nossos 50 anos e, mais do que isso, acho que nos impõe também uma reflexão mais profunda ainda para perspectivar os próximos 50 anos. Ver o que correu mal, o que correu menos bem, o que podemos fazer daqui para frente, para mudar o paradigma, para que nos próximos anos deixemos de falar desses assuntos corriqueiros e antigos como estradas esburacadas, falta de água, de luz, saneamento do meio, e mudar de uma vez por todas São Tomé e Príncipe.

Nessas reflexões por vezes pergunto a mim mesmo o que tem falhado, o que tem faltado, e nas análises que tenho feito das Propostas do OGE e das GOP, só para dar um exemplo de onde temos falhado, ou pelo menos um sector onde temos falhado, reparei que nas GOP faz-se referência a mais de 20 planos nacionais, sectoriais, estratégias nacionais, sectoriais. Portanto, documentos que foram produzidos, supostamente com indicações, orientações precisas, mas parece que depois fica tudo na gaveta. Na fase de implementação não se observa nada. Estou a falar de toda gente, não estou a apontar o dedo a ninguém. Desde os 50 anos para aqui, não estou a apontar nem culpar ninguém. Estou a constatar problemas reais com que temos debatido, que é preciso realmente mudar de *chip*, como disse aqui o Deputado Messias, começar de zero, fazer *reset* e ir para frente.

Como eu disse, há mais de 20 planos e há sectores que têm três, quatro, cinco planos, com o mesmo objetivo. Isto acontece por quê? Primeiro, porque nós não temos coragem. Quando os parceiros nos apresentam propostas, projectos, financiamentos, não temos coragem de dizer que não, que não se ajusta à realidade ou que não precisamos.

Depois cada um vem com o seu plano, cada governo também muda e adopta a sua estratégia, o seu plano, e na prática há uma série de contradições e choques. Como eu disse, os planos ficam na gaveta.

Vou dar só exemplo, para os Srs. terem a noção de como é que estamos neste estágio, em termos de estratégias, fazem referência nas GOP: Estratégia de Reforma de Gestão da Finanças Públicas; Estratégia de Reforma de Administração Pública 2023/2030; Estratégia Nacional para o Empreendedorismo 2024/2030; Estratégia Nacional para Governação Electrónica 2022/2026 e Estratégia Nacional para a Promoção de Igualdade de Género.

Passamos para os planos: Planos Estratégico da Direção dos Impostos 2024/2026; Plano Nacional de Desenvolvimento de Turismo Sustentável; Plano de Desenvolvimento Educativo 2025/2028; Plano Estratégico para o Sector Marítimo 2023/2028; Plano Nacional de Segurança Comunitária; Plano Estratégico do Instituto de Habitação, e por aí fora.

E para dar um outro exemplo de como é que um sector só, neste caso o sector da energia, tem quatro planos: Plano de Acção Nacional de eficiência energética; Plano de Acção Nacional das Energia Renováveis; Programa de Transição de Energética e Apoio Institucional; Plano de Acção para Descarbonização do Sector Energético. No fundo, o elemento comum é o quê? Transição energética...

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Falta mais um.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... olha, está a dizer o meu colega Deputado que falta mais um. Foi titular da pasta de energia. Portanto, cinco planos só para o sector de energia.

Como é que um ministro ou um director vai lidar com todos esses planos, para tentar compatibilizar todos e tirar de lá o melhor possível, para que realmente nós atinjamos esta transição energética?

Portanto, para ver a complicação que é, os erros que temos cometidos, se calhar lançar um desafio aqui aos Deputados, que a partir de agora façamos essa reflexão de 50 anos, como eu digo, sem apontar o dedo

a ninguém, mas ver o que falhou, onde é que temos falhado, e que a comemoração dos 50 anos não seja só virada para aspetos lúdicos, comer, beber, festival, Bulawê, Danço-congo, palestras a falar do passado, mas que realmente começemos a pontar para o futuro, o que é que podemos fazer daqui para frente, para nós, essa nossa geração, começarmos a trilhar ou ajudar a trilhar um caminho diferente para as gerações vindouras.

Eu vi também no Programa e nas GOP, supostamente está na fase de elaboração, o chamado Plano Nacional de Desenvolvimento 2025/2039. Estamos a falar de um horizonte temporal de 14 anos.

Eu surgiria que o Governo e a Assembleia, que começemos, mesmo que não acabemos nesta legislatura, a falar dum plano nacional de desenvolvimento sustentável para os próximos 25 ou 50 anos. Definir linhas orientadoras, definir princípios orientadores, pormo-nos de acordo com algumas coisas básicas, em sector básicos, para que daqui para frente venha o que vier, há a uma linha orientadora, e esses planos e estratégias nacionais, sectoriais, vão todos beber a este plano nacional, para que nós tenhamos realmente um rumo, sabemos onde estamos e para onde queremos ir. Todos.

E aproveito também para lançar um desafio aqui aos colegas Deputados. Eu acho que no ano do 50.º aniversário deveríamos também inaugurar a terceira República. Vamos pegar nessa questão de revisão constitucional, naturalmente deixando de parte a questão de mudança do sistema de governo, mas pegar na revisão constitucional, ver alguns constrangimentos que tem, e modificar, melhorar. A questão de divisão administrativa, a questão de uniformização dos mandatos dos órgãos políticos, eventualmente até o funcionamento da Assembleia Nacional. Vamos ver pequenas coisas e juntos caminharmos, volto a dizer, marcar o ponto zero, fazer *reset* e começar a construir a terceira República.

Fica lançado o desafio!

Obrigado pela vossa atenção.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Já não temos mais inscritos, vamos seguir para o primeiro ponto da ordem do dia.

Nós temos agendado quatro pontos, primeiro ponto é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global, do Projecto de Resolução n.º 81/XII/5.ª/2025 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Segundo ponto, discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 84/XII/5.ª/2025 – Orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2025.

O terceiro ponto, discussão e votação na generalidade da Proposta de Lei n.º 34/XII/5.ª/2025 – Criação da Comissão Organizadora das Comemorações do 50.º Aniversário da Independência Nacional.

Quarto e último ponto, que é votação final do Projecto de Lei n.º 4/XII/2.ª/2023 – Nova Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Agora vou chamar o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD ou quem este indicar, para fazer a apresentação da candidatura para o Conselho Superior de Defesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, apresentamos a candidatura de Sua Excelência Sr. Deputado José Maria Afonso de Barros, para preencher a vagatura que existe no Conselho Superior de Defesa.

Lembrar que este lugar é ou deve ser preenchido pelo Deputado José Maria Afonso de Barros, sãotomense de gema, Licenciado em Gestão, tem uma pós-graduação em Contabilidade e Finanças, é Auditor e Técnico de Contas, fez diversas formações de curta duração em liderança e outras mais, profissionalmente exerceu várias funções, para as quais destacamos: Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Habitação e Imobiliária, Director Geral da EMAE, Director Geral da Empresa Bengá Distribuidora, Lda., Director Geral da *United Investiments*, Secretário Geral do XIII Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe, Presidente do Conselho de Administração e Director Geral da Empresa de Correios, foi colaborador na CST, é actualmente nesta legislatura Deputado à Assembleia Nacional pela lista do MLSTP/PSD, é Vice-Presidente da 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, a Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e Orçamento, que cuida também do Ambiente; tem conhecimentos razoáveis de francês e inglês, naturalmente o português é a sua língua materna.

Uma voz: — Sabe também o Forro?

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Portanto, o Sr. Deputado José Maria fala o Crioulo Forro e fala também o Angolar.

O Sr. Deputado José Maria Barros é o nosso candidato para o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Uma voz: — Falta banho.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Banho?

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Danilo Santos, pela apresentação da candidatura do Sr. Deputado José Maria Barros, para Membro do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Solicito a disponibilidade dos serviços, para distribuir os boletins.

Pausa para a distribuição dos boletins e para a votação.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Srs. Secretários.

Após o escrutínio, obteve-se o seguinte resultado: 39 votos a favor, 7 votos contra e 6 abstenções. Portanto, é eleito o Sr. Deputado José Maria Barros como Representante da Assembleia Nacional no Conselho Superior da Defesa Nacional, com 39 votos a favor.

Aplausos geral.

A Sra. Presidente: — Peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o Projecto de Resolução...

A Sra. Presidente: — Peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o Projecto de Resolução.

A Sra. Secretária (Bilaine Ceita): — Vou Proceder à leitura do «Projecto de Resolução n.º 81, eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Preâmbulo.

Tornando-se necessário proceder à eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Defesa Nacional, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 41.º da Lei n.º 2/2019, de 25 e Janeiro, Revisão a Lei n.º 8/2010, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, sendo imperioso que assim se faça em virtude da importância de que se reveste o referido órgão consultivo;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte;

Artigo 1.º, Eleição.

É eleito o Sr. Deputado José Maria Afonso de Barros como representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Defesa Nacional;

Artigo 2.º, Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 20 de Março de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. Presidente: — Estamos a submeter o Projecto à análise na generalidade.

Não havendo qualquer intervenção neste sentido, passemos à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 39 votos a favor e 3 abstenções.

Eramos 48 na generalidade e agora passamos para 52, vamos partir para nova votação, mais um 53. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 50 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 1.º. Eleição.

Submetido à votação, foi aprovado com 50 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 50 votos a favor e 3 abstenções.

Somos agora 54, vamos passar à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 50 votos a favor e 4 abstenções.

Segundo ponto, discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 84/XII/5.ª/2025 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2025.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Aleksander Lima** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Excelência, Sr. Ministro das Finanças, Excelência, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Técnicos desta Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe, residente no país e na diáspora, saudações cordiais.

O Conselho de Administração da Assembleia Nacional, representado por mim, Aleksander Lima, vem a este Plenário submeter para aprovação o Projecto de orçamento da Assembleia Nacional do Ano Económico de 2025, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 55.º da Lei 18/2021, Quarta Alteração à Lei n.º 4/2007, de 9 de Março, Lei Orgânica da Assembleia Nacional.

Após auscultarmos todos os grupos parlamentares, o Sindicato dos Funcionários da Assembleia Nacional, a Direcção Administrativa e Financeira da Assembleia Nacional, Órgãos Autónomos e, por último, o Sr. Ministro do Estado da Economia e Finanças, os serviços competentes, sob a coordenação do Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional, de acordo com a orientação do Conselho de Administração, submete o Projecto de Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2025, ora apresentado e fixou os seguintes objectivos:

Proporcionar um bom ambiente de trabalho.

Imprimir dinâmica nos trabalhos, aprimorando maior eficiência nos resultados.

Potencializar o capital humano.

Qualificar os recursos humanos por meios de acções, capacitação e formação dos funcionários parlamentares.

Criação de condições para as Srs. e Srs. Deputados para melhor exercer as suas funções, sobretudo de representação e fiscalização;

Encargos com os serviços de energia eléctrica fornecida pela EMAE e de comunicação social fornecida pela CST e a UNITEL.

Manutenção do edifício da sede da Assembleia e dos equipamentos.

Aquisição de meios rolantes para transporte de Srs. e Srs. Deputados, bem como expedientes de serviços da Assembleia Nacional.

Promover a interacção entre eleito e eleitor, através da deslocação dos Deputados aos diversos serviços, distritos e à Região Autónoma do Príncipe.

Aquisição de equipamentos informáticos, comunicação e materiais de escritório.

Melhoria salarial para Deputados e funcionários desta Casa.

De modo geral, neste Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2025 serão asseguradas as seguintes acções:

Melhoria de funcionamento de serviços prestados às Sras. e Srs. Deputados.

Melhoria de condições de trabalho aos funcionários.

Dinamização e cooperação parlamentar e promoção do Parlamento Infanto-Juvenil.

Melhoria da imagem do Parlamento.

Instalação do Gabinete de Assistência Médica.

Aquisição de meios rolantes para a deslocação das Sras. e Srs. Deputados, na prestação de serviços parlamentares.

Desta forma, para efectivar a materialização das acções propostas neste projecto de OAN para o Ano Económico de 2025, estão previstas receitas totais na ordem de 125.023.858,00 milhões de dobras, sendo 95.315.391,00 milhões de dobras para despesas correntes e 29.708.467,00 milhões de dobras para despesa de capital. As despesas total estão fixadas em 125.023.858,00 milhões de dobras.

É de ressaltar que neste orçamento proposto para o Ano Económico de 2025 as receitas totais previstas para fazer face às despesas totais fixas sofreram uma redução de 8% no montante global relativamente ao período homólogo do ano económico de 2024, pese embora a receita corrente e a despesa corrente sofrerem um aumento de 5% no orçamento da Assembleia Nacional no período homólogo do Ano Económico de 2024.

Este aumento de despesa corrente justifica-se devido às melhorias relativamente a:

Melhoria de subsídio para transporte, alimentação aos Deputados residentes nos Distritos de Caué e Lembá, promovendo a equidade de condições de trabalho, bem como os trabalhos parlamentares realizados fora da Assembleia Nacional nos distritos mais longínquos, como Caué, Lembá e Lobata.

Melhoria das senhas de presenças como incentivo para manutenção e promoção de reuniões das comissões, facto estratégico importante no aumento do desempenho dos trabalhos das comissões parlamentares.

Melhoria de salário para os Deputados e funcionários parlamentares, como forma de minimizar o impacto de inflação na vida dos mesmos.

Para considerações finais, entendemos que dado o actual senário económico e as limitações orçamentais, não é possível implementar todas as mudanças desejadas em um único exercício.

Contudo, com a aprovação deste orçamento, damos um passo significativo rumo à melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento da nossa democracia, da qual a Assembleia Nacional é um pilar fundamental.

Este orçamento reflecte o nosso compromisso com uma gestão eficiente e transparente dos recursos, priorizando as necessidades mais urgentes da nossa instituição, para que possamos cumprir com as nossas missões de legislar, representar e fiscalizar de forma mais eficaz.

Acreditamos que com o apoio de todos os deputados conseguiremos continuar a implementar ao longo dos próximos anos melhoria estruturais e operacionais necessárias para a melhoria e prestação de serviço ao povo de São Tomé e Príncipe.

Por fim, contamos com o apoio e a colaboração de todos para a aprovação deste orçamento, que representa um marco para dignificar a nossa Casa Parlamentar, ainda que este processo reflecta inúmeras dificuldades enfrentadas para o exercício pleno e representatividade daqueles que nos confiaram os seus votos.

Desta forma, concluo a apresentação deste Projecto de OAN, com esperança de ter conseguido esclarecer-vos da melhor maneira possível a partir deste momento, mas eu e os meus colegas do Conselho de Administração encontramo-nos ao vosso dispor para qualquer esclarecimento adicional, bem como para as contribuições das Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado, um grande abraço pela vossa atenção.

Aplauso do ADI.

A Sra. Presidente: — Temos uma hora para o debate, está aberta a inscrição.

Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saudações.

Ouvi atentamente o Sr. Deputado Aleksander na veste do Presidente do Conselho de Administração a fazer a apresentação daquilo que é o plano e o orçamento da nossa Casa Parlamentar. Fico satisfeito com a apresentação e anúncio de algumas melhorias que se pretende para a Casa Parlamentar, para que as Sras. e Srs. Deputados possam prestar melhor serviço, num espaço mais agradável, e não só, espaço para os Deputados e sobretudo para os funcionários, que passam mais tempo aqui na Casa Parlamentar. Que essas melhorias sejam efectivamente concretizadas, porque como falavam alguns Deputados nas suas intervenções, não podemos passar muito tempo falando dos mesmos problemas.

Porque estamos a celebrar 50 anos da nossa independência, venho aqui trazer, em termos de contribuição para melhoria deste plano, a questão da imagem do Estado. Sempre bati nesta tecla, é um assunto que toca bastante, e muitas vezes reclamamos que na sociedade os deputados não têm a devida honra ou dignidade. Para merecermos a devida honra e dignidade, é preciso começarmos por nós próprios, cada um individualmente, e pela nossa Casa. E há um conjunto de elementos, coisas que devem ser feitas. À partida, a imagem do Estado e dos símbolos do Estado devem ser respeitados, promovidos e honrados, a começar da nossa Casa Parlamentar. Tenho batido nesta tecla há muito tempo, não só nesta Legislatura, sobretudo nesta, na qual temos uma maioria que suportamos, e é preciso que nós todos assumamos essa responsabilidade.

O símbolo do Estado na Assembleia Nacional não está devidamente sinalizado, defendido e projectado. Falo da bandeira nacional. E temos o maior mastro do País à frente do edifício que alberga o Parlamento sâo-tomense, é uma vergonha, temos que assumir. Estamos a celebrar 50 anos de independência, temos que começar por pequenas coisas. Se não honrarmos a bandeira nacional, então, o que estamos a fazer.

Por isso, Sr. Presidente do Conselho de Administração, a partir daqui é preciso melhorar a imagem e o bom nome da Assembleia Nacional, e acredito que quanto a esta matéria não requer muito dinheiro.

Aproveito, já que estou em presença dos Srs. Membros do Governo, que ainda não saudei, Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças, Sra. Ministra da Justiça e Assuntos Parlamentares, fazer o repto, estamos na celebração dos 50 anos, acredito que no projecto poderão adquirir alguns símbolos nacionais, dentre os quais a bandeira nacional, e dotar a Assembleia Nacional de bandeiras, e aquelas que ficam no mastro, com alguma pujança, porque algumas também que são fabricadas a nível interno deixam muito a desejar.

Vou mais além, ver uma questão interna, e lanço um grande desafio ao Conselho de Administração e à própria Administração, tem a ver com o arejamento de todo o nosso espaço. Fomos beneficiados, não com uma melhoria de fundo, mas aquela que foi possível. No quadro da celebração da Cimeira da CPLP, houve alguns trabalhos de melhoria e é necessário continuarmos com essa melhoria e protegermos aquilo que foi feito. O meu desafio ao Conselho de Administração é que tem havido algumas falhas, não vou cá enumerar, mas nas vossas visitas é necessário tomarem atenção, para não levarmos abaixo aquilo que já temos. Porque o recurso é escasso, como alguém disse anteriormente, contruímos estradas, mas a nossa maior dificuldade é manter as estradas. E se temos alguma obra feita, então vamos manter o que já temos feito, sob pena depois de requerermos outros recursos duplicado ou triplicado para a sua reabilitação.

Portanto, no cômputo geral, peço muita atenção àquilo que é a imagem da nossa instituição Assembleia Nacional.

Falei dos símbolos, do espaço de arrojamento, mas falo também da questão de controlo. Espero que as Sras. e Srs. Deputados entendam-me bem, espero fazer-me compreender, mas a nossa instituição Assembleia Nacional, comparativamente com outros órgãos de soberania, as pessoas entram aqui como se fosse um lugar qualquer. E não pode ser, este é o centro da democracia e o centro do poder político.

Para se entrar o Palácio Presidencial há um protocolo que se tem que observar; para se entrar no Gabinete do Primeiro-Ministro há um protocolo; para se ter acesso aos juízes-conselheiros no Tribunal há um protocolo. Então, o cidadão tem porta aberta para visitar a Assembleia Nacional, mas tem que obedecer a algum protocolo.

E neste momento, para quem visita a Assembleia Nacional, não existe nenhum protocolo. Eu, na qualidade de Presidente da Assembleia, interino, estava a trabalhar até 16, 17 horas. Ao sair no corredor, fui abordado por um estrangeiro de chinelos a perguntar-me o nome de um funcionário. No corredor, sem segurança, sem nada. Então, há alguns assuntos que devemos ver. Aqui é um órgão de Estado e o segundo órgão de soberania, Sras. e Srs. Deputados. As vezes temos que pôr a mão na ferida, desculpem-me o meu tom, desculpem a minha forma, mas precisamos olhar e defender este órgão de soberania, para que os cidadãos possam dizer que se orgulham da Assembleia Nacional, daquelas Sras. e Srs. Deputados, daquilo que fazemos, mas também da imagem que representamos.

Não vou falar da questão de abordagem de cada deputado lá, no dia-a-dia com os cidadãos, mas estou a falar de uma questão interna. É preciso melhorarmos o nosso protocolo de acessibilidade, quer dos Deputados, quer dos funcionários, quer também daqueles que nos visitam. É o desafio que lanço ao Conselho de Administração e também ao Sr. Secretário-Geral.

A Sra. **Presidente**: — Espero que o Conselho de Administração tenha feito o registo dessas preocupações, porque realmente há coisas que não carecem de muito valor económico para fazer, não precisa de muito dinheiro para conseguirmos resolver. Então, também estou engajada para juntamente com a Administração tentarmos melhorar naquelas questões que não exigem muito esforço financeiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (ADI): — Sra. Presidente, Sra. Ministra, Sr. Ministro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Caros Funcionários, bom dia.

Gostaria de saber se estamos já no período de debate ou de esclarecimentos, porque foi feita a apresentação pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração e não se pediu esclarecimento, entramos logo no debate. Prevê-se 1 hora para a discussão do Orçamento da Assembleia Nacional, o que acho muito reduzido, ao menos que não haja matéria ou vontade de discutir a sério este orçamento. Já foi definido pela Conferência que será 1 hora, mas acho que deveria haver dois momentos. Um momento para pedido de esclarecimento, outro para debate, mas não sei em que período estamos.

A Sra. **Presidente**: — Após a apresentação do orçamento, abriu-se um período de 1 hora, creio eu, que seja para esclarecimentos e para o debate também.

Na perspectiva da sua intervenção, significa dizer que para esclarecimento não se contaria o tempo, certo?

Mas temos 1 hora para tudo isso,...

O Sr. **Delfim Neves** (ADI): — *Falou com o microfone desligado.*

A Sra. **Presidente**: — Sim, a Conferência decidiu 1 hora para cada ponto,...

O Sr. **Delfim Neves** (ADI): — *Falou com o microfone desligado.*

A Sra. **Presidente**: — Sim, sim, tudo isso 1 hora. Estamos já no esclarecimento e debate, mas se o Sr. Deputado quiser um tempo especial podemos conceder, para esclarecimento. A Mesa pode ceder algum tempo para esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Antes de mais, gostaria agradecer a Sra. Presidente por esta conceção do tempo especial para pedido de esclarecimento. O que tenho é mesmo pedido de esclarecimento.

Nós os Deputados do Movimento BASTA não nos inscrevemos no Período Antes da Ordem do Dia, não é que nos faltava alguma preocupação, mas as nossas preocupações eram coincidentes com a discussão do Orçamento da Assembleia e também do OGE. Para não cairmos na tentação de estar a discutir algo que já está previsto a sua discussão num outro momento, então não nos inscrevemos.

Foi apresentado o orçamento da Assembleia Nacional para 2025. Recebi de forma electrónica um projecto de resolução, acompanhado dos seus anexos.

O Sr. Presidente falou de algumas melhorias, tocou em alguns aspectos que têm a ver com a questão social, Deputados e funcionários da Assembleia Nacional. Não vi esse mapa no documento que recebi e gostaria de saber porquê. Porque não gosto de fazer juízos de valor sem conhecimento óbvio dos números.

Por outro lado, falou das melhorias das condições dessa infra-estrutura. Fico muito feliz em ouvir a preocupação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, da Sra. Presidente e também a última intervenção do Deputado que me antecedeu, porque a questão de ética, de honra de um deputado da Casa Parlamentar, do País e do Estado não pode ser uma questão de pessoas de boa vontade só, de oportunismo, digamos, pontuais. Temos que discutir isso de forma desapaixonada. Defendo que a Casa

Parlamentar nem sequer deveria ter muro de vedação, como em muitas paragens não têm. A casa do povo é casa livre. Mas que deve haver ordem, disciplina e segurança, tem que haver.

O Sr. Deputado teve sorte encontrar no corredor um cidadão estrangeiro de chinelos. Poderia encontrar até um cão à sua porta, porque se encontram sempre aqui no corredor. Sem dúvida, isso não é de hoje.

Esta casa não foi preparada para ser Casa Parlamentar, Casa da Democracia, pilar da democracia. Não foi. E quando encontramos alguma oportunidade para termos uma casa da democracia com dignidade, nós próprios às vezes não somos consensuais neste aspecto, razão pela qual ficamos nesses pequenos remendos que nunca mais vai resolver.

Quero aqui felicitar o Sr. Secretário-Geral e outros membros da Assembleia, pelas melhorias que encontrei. Não tive tempo de fazer isso, por exemplo, uma casa de banho que foi melhorada há pouco mais de 1 ano, pergunto, a limpeza que está sendo feita é adequada? Os senhores que vão à casa de banho já viram a qualidade de limpeza que está a ser feita numa casa de banho, até com alguma dignidade? Está a ser feita como deve ser? Se me perguntarem, vou dizer que não. Mas também se perguntarem, será que temos estado a dar dignidade a quem faz essa limpeza, para a fazer também como deve ser? Também direi que não. Razão pela qual nunca discuti, nem ponho em causa salários altos. Ponho sim em causa salários equilibrados. O que devo discutir é salário baixo. Porque salários altos é um problema resolvido, embora deve haver equilíbrio. O que temos que discutir são salários míimos, o que se paga a uma empregada de limpeza, ela não tem nenhuma vontade de fazer uma limpeza como deve ser. Não pode ter. Vamos colocar essas senhoras na qualidade de nossas mães, irmãs ou até mulher. Depois recebem um salário que ainda temos que entrar com parte para ela pagar o transporte para vir fazer o trabalho que tem que fazer. Ela não faz como deve ser, nem tem cabeça para isso.

Mas a minha maior preocupação é que o mapa não está completo. Não sei por que desentranharam algumas folhas. Eu que não tenho grupo parlamentar não estou esclarecido de muitas questões. Ao ler o Projecto de Resolução e os mapas que foram distribuídos, fico com preocupações, algumas profundas. Até porque num passado recente nós próprios andamos a lançar boatos sobre o salário dos deputados, que eram mentira. Diziam que o Presidente da Assembleia ganhava 150 000 dobras. A minha pergunta é directamente para a Sra. Presidente. Recebe este valor, ou pelo menos aumentaram até ali? Quero saber, porque nos tempos idos nem de longe, muito menos de perto, mas diziam isso na rua. Correu aí no Facebook, porque era Delfim Neves, para manchar, lamear, como sempre. Eu não faço isso. Quero discutir com documentos.

Esta é a minha primeira abordagem, pedir esclarecimento ao Sr. Presidente e depois voltarei, se Deus quiser.

A Sra. **Presidente**: — Há mais pedidos de esclarecimento? Vou fechar o período de esclarecimento! Alguém quer solicitar esclarecimento?
Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. **Ossáquio Riôa (ADI)**: — Sra. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, todos presentes na Sala e Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do País, as minhas cordiais saudações.

Tomo a palavra, mas quase a título de um esclarecimento por parte do Sr. Presidente interino do Conselho de Administração da Assembleia Nacional. Estive atento à sua apresentação, está de parabéns, mas preciso de um esclarecimento claro. Qual é o critério feito para subsídio de deslocação dos Deputados de Caué, Lembá e Lobata? Fiz as minhas contas, se é por quilometragem, está errado. Estou cá nesta Casa desde 2014 e está sempre a repetir esse caminho. Caué, Lobata e Lembá, Cantagalo, zero. E se virmos pela distância de Lobata e Cantagalo, então os de Cantagalo estão a ser lesados.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré (BASTA)**: — Sra. Presidente, Sra. e Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Um pedido de esclarecimento antigo, repetitivo, todos os anos, sempre venho dizendo que o facto de fazermos já assim há muito tempo não significa que estamos a fazê-lo bem. É a separação da aprovação do orçamento da Assembleia com o OGE. O orçamento da Assembleia faz parte do OGE.

Quando fui deputado pela primeira vez, indaguei, mas por que é que se separa o orçamento da Assembleia em relação às outras instituições do Estado? E a explicação que me deram, se é verdade ou não, é que houve um momento da nossa história parlamentar em que os deputados quiseram pressionar o Governo para a aprovação do OGE, para melhoria das condições salariais e não só da Casa Parlamentar. Caso não se aprovasse primeiro o orçamento da Assembleia, os deputados não aprovariam o OGE, por isso houve essa separação.

Porque um país só tem um orçamento, como existe outros órgãos de soberania como Presidência da República, com o seu orçamento, o Governo, os Tribunais, também a Assembleia. Acho que é um erro, posso estar errado, mas acho que não, devemos corrigir.

Eu já disse também no ano passado, e tenho dito isso sempre. Devíamos ter todos os órgãos de soberania a ser discutidos num só dia, 24 e 25. Assembleia também. E a prova disto, que está errado,

vamos ver os resultados das votações, como será o resultados da votação do orçamento da Assembleia e como será o resultado da votação do OGE.

Sei que não tem solução, hoje não vai ter, mas é bom que começemos a reflectir sobre isso e voltar a fazer bem feito.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aleksander Lima.

O Sr. **Aleksander Lima** (ADI): — Começo com a preocupação do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, para informar a todos que na realidade as preocupações dos Deputados são bem para todas as pessoas da Assembleia Nacional e para São Tomé e Príncipe.

Relativamente ao ponto revindicado, adoptou-se algumas normas novas, no sentido de se acompanhar melhor os serviços na Assembleia Nacional e estar mais perto da Administração.

As preocupações levantadas da parte do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira na realidade são preocupantes, tanto é que já conversamos com a Administração da Assembleia, informando de que há coisas que resolvemos com dinheiro e há coisas também que não será preciso dinheiro para resolver. Questões de imagem, para dignificar a Assembleia Nacional, e mais rigor no trabalho são coisas que resolvemos.

No dia 20 de Fevereiro, o Conselho de Administração junto à Administração da Assembleia, fizemos uma visita a todos os Departamentos da Assembleia Nacional, no sentido de colher informações, como estão os departamentos, os funcionários, e vimos que as condições da nossa sede até as condições em que os funcionários trabalham são totalmente precárias.

Sabemos que o País carece de valores, mas é necessário que o Governo, sabemos que temos dois pesos, Assembleia Nacional e o Governo. Hierarquicamente, a Assembleia Nacional é o segundo órgão do País, mas depois temos o Governo que temos também que fiscalizar e acreditamos que doravante o actual Governo comece a ver a Assembleia Nacional com olhos de ver, porque entendemos que os sucessivos governos têm estado a dar pouca atenção a esta Casa Parlamentar. No entanto, o Conselho de Administração adoptou novas normas, uma delas é a solicitação de um relatório de contas trimestralmente, ou seja, independentemente do relatório de contas, saber como está a gerência da Assembleia Nacional, isto no sentido de ajudarmos mais na transparência do trabalho.

Relativamente à preocupação do Sr. Deputado, maestro, Delfim Neves...

Murmúrios.

...sim, o senhor já foi Presidente da Assembleia, tomamos nota e o Conselho de Administração e os serviços iremos disponibilizar o mapa solicitado.

Sobre a questão do Sr. Deputado Ossáquio Riôa, estamos a trabalhar na melhoria de condições para os Deputados. Portanto, o seu Distrito também não fica de fora. Se houve algum lapso da parte do Conselho de Administração, tomamos nota e iremos trabalhar neste sentido.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Falou da visita que fez a todos os departamentos e aos sectores da Casa Parlamentar.

A minha pergunta é saber se visitou o sótão do Anfiteatro. Por quê? Temos estado a dizer isso desde 2019, os membros da Mesa da Assembleia sabem disso, os técnicos da Assembleia sabem disso, se não se fizer nada naquele espaço, e está-se sempre a organizar festivais com grandes colunas que trepidam a parede e o tecto, qualquer dia vamos ter um problema. Quem avisa, amigo é!

O Sr. **Aleksander Lima** (ADI): — Obrigado, Sr. Deputado Delfim Neves.

Na realidade não fizemos visita ao sótão, mas a forma que esta Casa Parlamentar está não é preciso ir até ao sótão para saber que se não tomarmos cuidado, um dia há de desabar.

Ruídos.

Fica assim registada a preocupação.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo D'Oliveira** (ADI): — Fico satisfeito com os esclarecimentos apresentados pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração. Não venho reclamar, porque diz o Estatuto dos Deputados que todos os deputados residentes fora, em termos de quilometragem, acima de 3 Km, têm direito a subsídio de transporte. Vivo na cidade da Trindade, são 7 Km. Se for ao rigor da Lei, tenho direito, mas me abdico deste direito. Não venho reclamar, mas apenas subscrever o pedido do Sr. Deputado Ossáquio Riôa, que vive em Água-Izé, porque foi tomado em consideração a situação dos deputados de Lobata e há deputado que vive em S. Amaro. Não sei quantos quilómetros...

Murmúrios.

Estou a falar do Deputado Carlos, que vive em Lobata, e daqui para S. Amaro são mais ou menos 6 Km.

Murmúrios.

Não estou a falar de Guadalupe, mas S. Amaro são 6, exactamente. Aqui aplicamos uma injustiça. O Deputado que vive a 6 Km tem subsídio e o deputado que vive em Água-Izé, são cerca de 15 Km, não tem.

Murmúrios.

A questão é se vier um deputado também em substituição de uma das bancadas que vive em Angra Toldo, não sei se há deputado nessa lista, então ele não tem benefício. Daí que o Conselho de Administração deverá rever esse aspecto, para melhoria e termos justiça social a nível interno.

O Sr. Deputado Delfim Santiago das Neves levantou uma questão que nos toca a todos, precisamos falar disto de forma descomplexada, é uma verdade, e assumir isto publicamente.

O edifício da Assembleia Nacional, falo agora para o povo de São Tomé e Príncipe que nos escuta e que nos segue, carece de obras profundas.

De acordo com a informação que tive junto ao Conselho de Administração e a Administração da Assembleia Nacional, dos parceiros que estão disponíveis a fazer alguma intervenção, requerem que toda a Administração saia do edifício, que o edifício esteja vazio para se efectuar a intervenção. Porque se tem que fazer intervenção de fundo, exactamente porque o edifício está feito em bloco, numa zona pantanosa.

Uma Voz: — Quando se fez este edifício?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Em finais dos anos 80, exactamente.

É necessário nós os Deputados também informarmos a população, e dizer que há necessidade de o Estado são-tomense construir um edifício para o Parlamento são-tomense, porque esse edifício não foi feito para o Parlamento.

Muitas vezes, estamos aqui nas reuniões dos trabalhos da comissões e está-se a alugar espaço para se preparar um casamento, aniversário e está-se com teste de som, etc., etc. Vejam só como é que isso é. É um espaço para congressos, conferências e que pode ter várias sessões, aliás esta Sala foi concebida para reuniões de conferência, de congressos, e temos o Anfiteatro.

E como disse o Sr. Deputado, na verdade, o sótão constitui um risco grande. Quando chove torrencialmente, depois com equipamentos de som de alta qualidade a trepidar o edifício, que não aconteça o pior.

Todo o povo são-tomense tem que ter esta informação, porque às vezes nós os Deputados somos culpados por não informarmos as pessoas.

Agora, temos urgência de ter um hospital, temos urgência também de ter um edifício para o Parlamento, temos que definir prioridades. Já tendo o orçamento para o hospital, primeiro vai ter que ser hospital.

Uma Voz do MLSTP/PSD: — Não misture as coisas.

O Sr. **Abnildo D'Oliveira** (ADI): — Não estou a misturar as coisas, mas estou a falar para o povo são-tomense, como represente do povo.

E é necessário que o Conselho de Administração, não sei se há possibilidade, sob a égide do Sr. Secretário-Geral, de neste orçamento começarmos a fazer estudo para projecto do novo edifício da Assembleia Nacional, pelo menos o estudo, porque já há espaço. O Estado são-tomense já concedeu um espaço.

O Sr. **Eláckio da Marta** (MLSTP/PSD): — Já havia estudo.

O Sr. **Abnildo D'Oliveira** (ADI): — Se já há estudo também, convido o Sr. Deputado Delfim Neves, que foi Presidente da Assembleia, para informar, porque há Deputados novos. Então, se já há estudo, também que nos informe, para evitar gastos desnecessários.

Agora, minha pergunta ao Sr. Deputado Delfim Neves. Há estudo? Gostaria de saber.

A Sra. **Presidente**: — É verdade que havendo terreno, já se tinha evoluído até para um projecto de construção do novo edifício, na altura. O Sr. Deputado ex-Presidente Delfim Neves tem melhores informações, porque é a pessoa que trabalhou abnegadamente neste assunto, mas acontece porém que tudo é política neste país. As pessoas perguntavam como o senhor vai pedir para construir um Parlamento de raiz, se o hospital está a cair também aos pedaços, por exemplo. Mas um presidente da Assembleia não vai pedir um hospital. Ele pede um parlamento. E há outros órgãos, mormente o governo, que deve tratar, é

verdade que não é menos importante, da construção de um hospital de referência, um hospital de raiz, que possa responder às demandas.

É verdade que a Assembleia, o nosso Parlamento, a nossa Casa, que foi concebida para um Palácio dos Congressos está a cair aos bocadinhos. A varanda do Gabinete do Presidente, não preciso dizer, não vou estar lá eternamente. O Gabinete da Presidente da Assembleia também já começou a cair aos bocadinhos. A varanda, o tecto, já começou a cair, sem citar as outras partes.

Portanto, se nós não conseguirmos evoluir para uma parceria, para uma construção de raiz, vamos estar cá e um dia morrer todos. Por quê? Se quem está disponível, se calhar a pessoa ou organização que está na base da construção inicial, pede que para se fazer intervenção tem que evacuar a Assembleia toda, onde é que iríamos? Temos no País algum edifício que pode albergar toda Assembleia? Vamos ficar cá por quanto tempo? Perguntas para a posteridade, mas são situações que pairam. A nossa vontade não era continuarmos aqui, mas estamos indo, e Deus nos protege, até um dia que conseguirmos...

O Sr. Levy Nazaré (BASTA): — Arquivo Histórico.

A Sra. Presidente: — Arquivo Histórico, ok.

O Sr. Levy Nazaré (BASTA): — Eu acho que já estivemos lá.

A Sra. Presidente: — Na altura. Arquivo Histórico caberia todos os Serviços? Não sei.

Mas vamos imaginar que a gente venha aqui um dia e a varanda toda caiu, as escadas caíram. Vamos ficar aqui? Vamos ter que procurar uma solução. Para essa procura tem que haver sinergia. Não pode ser só o Parlamento, é todo o Governo, se calhar o Presidente, nós todos juntos procurarmos refletir, para encontrarmos soluções para uma saída desta situação.

Muito obrigada.

Sr. Presidente, mais? Não.

Estão esclarecidas as questões?

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Sim, é uma pergunta que acho até que esvaziou um pouco a intervenção da Sra. Presidente. Dizer-lhe que o Conselho de Administração da Assembleia Nacional é contínuo.

Muda de pessoa, mas a instituição continua. Portanto, na passagem de pasta, é só transmitir a mensagem, aquilo que existe. Há estudo, há projectos, há tudo que se fez. Nós nunca iríamos anunciar a possibilidade de construção dum edifício sem antes fazer o estudo, sem antes chamar Arquitetos para fazer projecto preliminar, que deve ser discutido e ver qual desses projectos mais se adequa à nossa realidade, tudo isso está feito, e nem sequer pagamos os arquitetos, e eles não exigiram, porque não se abriu sequer concurso. Quer dizer, fizemos concurso, mas não se abriu a proposta, melhor dizendo, e ficamos por aí. Porque se abrissemos as propostas, analisando, fazendo relatório, teríamos que pagar os concorrentes. Evitamos abrir as propostas, exatamente para não ter compromissos.

Mas de certeza absoluta que existe nos serviços da Secretaria-geral. Portanto, é só analisar e ver...

Uma voz: — Será que não foi ultrapassado.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Não sei, pode ser que já não se adequa, pode ser que o terreno que nós localizamos não é o mais adequado para isto, é uma questão de ver.

Não temos é que assumir as nossas responsabilidades. Todas as decisões políticas não são consensuais. Temos que reconhecer isso.

Mas temos que ter a coragem de tomá-las. Quem não toma decisão tem um nome, um adjetivo que é claro, normalmente se chama incompetente. Agora, ele deve ser humilde e reconhecer que quando toma decisão, essa decisão pode não ser a mais correcta, colher sensibilidades, colher as contribuições e reparar a sua decisão, mas não a tomar, é a pior coisa.

Estamos aqui a lamentar, lamentar, que decisão nós tomamos enquanto Deputado? Somos todos incompetentes, é o nome que se dá.

Uma voz: — Vai sair no Facebook.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — É isso que temos que dizer, temos que ser corajosos. Despois encostamos o governo na parede. Tudo bem.

O governo vai fazer o quê?

Aí foi dito, prioridades das prioridades, é verdade.

Então cada um faz a sua parte. Se eu na altura, enquanto Presidente da Assembleia, fosse pedir a uma organização internacional apoio para construir liceu, para construir hospital, também seria criticado e fortemente criticado, com razão. Porque não é da competência dum Presidente da Assembleia, na sua démarque e diplomacia parlamentar, ir pedir para construir liceu, construir hospitais. Então, para quê existe governo, Ministro da Saúde, Ministro da Educação? São eles é que têm essa parte.

Agora, fomos exercer a nossa influência na diplomacia parlamentar, pedindo aos órgãos congénere para nos ajudar. Aprovaram na hora e nós próprios aqui dentro matamos. Fazer o quê? Agora, estão sempre a lagrimar, a lamentar o leite derramado. Agora é ver para frente. O que fazer? Porque se nos mantivermos com isto como está, vamos ter algumas dificuldades, só isso. Eu nem vou dizer mais problema, dificuldade para ser mais fácil.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada. Sr. Deputado Delfim Neves.

O Conselheiro Rui pediu a palavra?

Tem a palavra Sr. Deputado e Conselheiro. Olha, eu digo conselheiro, é membro do Conselho de Administração.

Nós temos como inscritos, o Vice-Presidente, Abnildo d'Oliveira, o Deputado Jozino Veiga e o Vice-Presidente, Arlindo Barbosa.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu venho por duas razões. A primeira é como nós estamos a transmitir em directo pela Rádio Nacional e também nas redes social, Facebook, recebi um *feedback* de um concidadão que me pediu esclarecimento da minha intervenção, quanto à urgência entre o hospital e o Parlamento.

Eu volto a dizer que não é. Eu sempre defendi, como Deputado e enquanto estiver aqui como Deputado, que enquanto não tiver um hospital de raiz e de referência, baterei nesta tecla. Portanto, como prioridade das prioridades, sempre defendi, eu Abnildo d' Oliveira, a construção do hospital. E eu disse, tendo o Governo anunciado que já existe disponibilidade financeira para a construção do hospital, mas temos a questão da Casa Parlamentar que, só os Deputados somos 55, mais os funcionários, estamos perto de 100, por uma questão de segurança da própria pessoa, e sobretudo os funcionários que labutam aqui dia e noite, passam mais tempo que os Deputados, é necessário conferir a segurança das pessoas. E, pelas condições que esta Casa oferece, é necessário nós então encontrarmos uma solução para a mesma.

Teria feito o desafio ao Sr. Deputado Delfim Santiago Neves, em honra respondido e esclarecido, também com o esclarecimento feito pela Sra. Presidente da Assembleia, tenho a dizer que retiro a minha proposta feita ao Conselho de Administração. Tinha proposto porque não acomodar um estudo. Uma vez que já existe estudo, eu peço encarecidamente aqui, porque nós também sempre defendemos e propalamos a questão da diplomacia parlamentar, a própria Mesa da Assembleia, para ver alguns contactos já existentes, no sentido de nós dinamizarmos esses contactos e na diplomacia parlamentar encontrarmos então uma solução, enquanto o Governo não ultrapassa outros problemas candentes.

Portanto, esta é a minha intervenção e muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente, Deputado Abnildo d'Oliveira.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice-Presidente, Arlindo Barbosa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, permita-me saúda-los.

Bom, na minha intervenção, não sei em que período estamos, se é período de esclarecimento ou debate, mas farei as duas coisas ao mesmo tempo, mas antes algumas notas previas.

Às vezes a gente assiste a certas discussões que nós mesmo é que procuramos.

Relativamente à sede do Parlamento, foi um processo também que eu acompanhei, fui Secretário Permanente da Mesa, eu aqui não vou dizer quem tem razão ou quem tem culpa, mas eu quero fazer um apelo aos políticos, aos partidos políticos, que é: em determinadas questões do interesse nacional, temos que nos termos de acordo, porque se não for assim, o País não avança.

Hoje levamos cerca de 30 minutos para discutir ou esclarecer isto, quando o processo já foi ou já tinha sido esclarecido em vários momentos na legislatura passada.

Um detalhe que penso que o Sr. Deputado Delfim Neves não avançou. Quando nós começamos essa diplomacia parlamentar, nós tínhamos um objectivo no início da legislatura, porque São Tomé iria acolher a reunião da CPLP. Era um momento ímpar para nós avançarmos essa diplomacia parlamentar e conseguir

apoio. Passados já cerca de 6 anos, hoje volta à baila. Então, para grandes questões, temos que sentar, deixar as nossas politiquices e tomar de facto decisões, naquilo que é de interesse nacional.

Aplauso do MLSTP/PSD

Se não for assim, vamos estar eternamente nesta discussão.

Este orçamento da Assembleia não é um orçamento ambicioso, e nós estamos em pleno século XXI. Se continuamos de ano em ano com esse tipo de orçamento, nós seremos os parentes mais pobres do Estado. Seremos, já somos. Estão a perceber. Por isso é que a culpa não é do presidente, nem do Secretário-Geral. Agora, nós temos que sentar e dizer que Parlamento queremos.

Quanto à questão de dignidade parlamentar, nós não temos dignidade parlamentar. A Casa está como está, então nós próprios temos que fazer reforma de fundo, para permitir que a partir da próxima legislatura tenhamos de facto um parlamento com dignidade para aqueles que virão para aqui.

A Assembleia, no seu orçamento, fala de quatro objetivos principais, e depois desses objectivos elenca uma série de acções. Eu não vou pronunciar-me sobre todas elas, mas destaco duas questões que se faz referência aqui no orçamento. Umas das primeiras acções que é evocada aqui é a questão do eleito/eleitor. Por que é que nós somos mal vistos, ou povo tem interpretação muito negativa em relação aos Deputados? É que nós não vamos ao encontro dos eleitores. Encontro com os eleitores não é nas campanhas, para ir vender o peixe de cada partido político. Não! Eleito/eleitor é permitir dizer como é que a actividade do Parlamento tem sido desenvolvida e ouvir também as preocupações da nossa população. Isso é que é o programa eleito/eleitor.

O Conselho de Administração elenca isto como uma medida, mas não há uma e única verba para atender a esta acção. Das duas, uma: ou tiramos esta acção ou Conselho de Administração, no quadro da especialidade, tem que encontrar uma forma da alocação de uma verba para isto.

Sei que na legislatura passada o PNUD tinha garantia de financiamento a este projecto. E eu quero pedir aqui em relação a este projecto eleito/eleitor, todos os Deputados devem abraçar isso, para permitir que a gente vá aos círculos eleitorais, para explicar tudo o que são as actividades do Parlamento.

Um segundo aspecto que eu venho batendo também, em todos os orçamentos é, o que é Parlamento Infanto-Juvenil? O Parlamento Infanto-Juvenil não é uma questão só da Assembleia. O Parlamento Infanto-Juvenil é uma questão do Estado. Então, o Estado tem que dizer o que quer com o Parlamento Infanto-Juvenil. Nós já sabemos o objectivo, o que nós queremos atingir com isto. Agora, institucionalizar só o Parlamento Infanto-Juvenil e depois de dois anos não se consegue desenvolver qualquer actividade, não é bom para nós como legisladores, não é bom para o Estado, e nós não transmitimos de facto uma mensagem clara aos nossos estudantes, aos nossos miúdos.

Eu falei com Secretário-Geral, no quadro da reunião da minha Comissão, que tem competências com o Parlamento Infanto-Juvenil. É que há uma verba nas despesas de capital, de 300 000, que nunca nós conseguimos movimentar. Está na despesa de capital, não é possível. Eu já tinha sugerido e disseram-me que sim, que era viável transferir essa verba para a despesa corrente, para permitir que a Comissão ou a própria Assembleia desenvolva periodicamente, ou de dois em dois anos, as acções do parlamento Infanto-Juvenil. Volta a vir a mesma coisa agora neste orçamento. Significa dizer que nós, a essa altura, estamos em Março, devíamos estar a preparar a eleição dos meninos para novo processo do Parlamento Infanto-Juvenil, que será em Junho.

Que tempo a Comissão vai ter nestes 2 ou 3 meses para percorrer todos os distritos, incluindo a Região Autónoma do Príncipe, para esse processo? Fica difícil, porque só movimentar essa verba de despesa de capital, não é hoje e não será amanhã.

Por isso, eu gostaria que o Presidente, sei também como está a lidar com isso, apanhou a legislatura no meio, entrou agora, mas não vale a pena estar cá. Ou retira-se a verba, para permitir que a gente clarifique tudo isto.

Eu vou para um outro item, eu vejo aqui partidos políticos com uma verba de mil milhões, apoio aos partidos políticos com acento parlamentar, estamos a falar de quatro partidos, 1 milhão. Corrija-me aí Danilo, veja o número, José Maria. Com que base o Conselho de Administração põe essa verba aí? Com que critério? Porque se nós vamos fazer as contas, por aquilo que está na Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, que é Lei 9/2004, não tem nada a ver com essa verba. Então, temos que explicar, porque a democracia tem custos.

Então, pôr verba por pôr, é preciso algum critério, porque depois essa verba é distribuída proporcionalmente, em função dos resultados eleitorais.

Então, eu gostaria de saber com que base foram feitos esses cálculos.

Ainda sobre o Parlamento Infanto-Juvenil, Sr. Presidente do Conselho de Administração, em jeito de proposta, analisa se é possível na especialidade...eu vejo uma verba um pouco alta, de mil milhões, 052, que é a rubrica ou milhares de dobras pode ser...

Uma voz: — 1 milhão.

1 milhão, serviços diversos, representação logística, outros. A minha proposta, não sei o alcance dessa rubrica, poder então, como está na despesa de capital, atender à questão do Parlamento Infanto-Juvenil.

Sr. Presidente do Conselho de Administração, nós somos a Casa da transparência, temos que dar sinais de transparência. Eu como gosto de ouvir esses detalhes, eu não posso estar a aprovar um orçamento que está cá outras despesas correntes, num valor... qual é a acção dessas verbas?

Na consulta que eu fiz com os meus pares, dizem que é por causa do edifício, talvez reabilitação. Então, uma vez mais, eu volto para traz. Temos que tomar uma decisão. Qual é o problema de estar cerca de 3 milhões cada orçamento da Assembleia, todos os anos, com décadas, e não tomarmos uma decisão para a construção ou não do edifício?

Então, eu gostaria de saber, não é detalhe, qual é a essência desta verba, para que tenhamos maior esclarecimento.

Penso que por hora são essas abordagens, para não roubar mais tempo da Bancada.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Arlindo Barbosa, Vice-Presidente.

Uma voz: — Agora debate?

A Sra. **Presidente:** — Já estamos no debate, sim, e para isso temos mais dois inscritos, os Srs. Deputados Jozino Veiga e Guilherme Octaviano.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. **Jozino Veiga (ADI):** — Mais uma vez, boa tarde a todos.

Uma vez que estamos no debate sobre o orçamento da Assembleia Nacional, antes de iniciar a minha intervenção, quero citar aqui uma frase que diz: «é acção e não reclamação que gera a transformação». Para informar que não estou cá para reclamar, mas para esclarecer a população sobre alguns assuntos, sobretudo o eleitorado da diáspora, que muitas das vezes me caem em cima, pelo facto de ter mundo e fundos para fazer e não se faz. Para dizer que na diáspora nós enfrentamos vários desafios, sobretudo quando se toca em ir ao encontro da comunidade, de visitar e acompanhar de perto a nossa comunidade. Não só em Portugal, que já é difícil, como também no meu círculo eleitoral, que é Europa.

Muitas das vezes, as pessoas dizem que as vezes é por falta de vontade, e nós os Deputados eleitos no círculo eleitoral da diáspora, quer na Europa quer na África, estamos a ser carne de canhão. Por que é que estamos a ser carne de canhão? Porque quando se criou, ou quando se decidiu ter Deputados no círculo eleitoral da diáspora, não se previu muitas coisas. E nós temos um salário igual ao salário dum Deputado que vive em São Tomé, ou seja, menos, porque nós não participamos nas reuniões das comissões, e nós não temos direito a senhas de presença.

E nós somos obrigados a deslocar-nos ao terreno. Quando se vai ao terreno, o combustível é por nossa conta. Se nós encontrarmos numa situação no terreno, para um pequeno apoio, também tem que ser do nosso bolso. Então, quase tudo que nós fazemos é com base naquele salário. Muitas pessoas não gostam de falar muito de salário, mas equiparado mais ou menos a 400 euros, do salário que eu tenho, é que eu tenho que pagar o combustível, deslocação, apoiar a comunidade, e muitas das vezes eu fico refém de deslocar a outras comunidades, outros países onde tem a nossa comunidade, como o caso de Inglaterra, França, Luxemburgo e outras comunidades.

E nós ficamos numa situação de carne de canhão, e as pessoas vão nos atacando e quando nós falamos julgam que estamos a reclamar. Mas nós temos força de vontade, queremos fazer, mas estamos limitados.

Daí que eu deixo uma pergunta para reflexão. Será que o nosso país tem estrutura para ter Deputados na diáspora?

Uma voz: — Está registado o tempo acabou.

O Sr. **Jozino Veiga (ADI):** — Será?

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

Tem 1 minuto e trinta e sete segundos.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente, a quem gostaria de cumprimentar, Membros do Governo, Caríssimos Deputados, vou ser breve.

Queria apenas duas observações, antes de anunciar o prepósito que me traz cá.

Se nós reparamos em torno das nossas discussões, a questão que nós falamos repetidamente, continuidade de Estado. Isso quer dizer que, com a nova nomeação, o Sr. Presidente do Conselho de Administração deveria tomar conhecimento dum conjunto de questões que já foram executadas e tudo mais aqui na Assembleia. Teria conhecimento do projecto que já existia, das diligências, visita ao sótão da Assembleia, certas questões.

Quando nós dizemos que ao nível do Governo se deverá fazer o mesmo, haver continuidade de Estado, não é qualquer aventureiro que vem, mas sim o Estado do País é assim, e a nível da Assembleia também.

Foi bom a Sra. Presidente também explicar. Provou que tinha conhecimento das questões.

Por último, eu gostaria de falar sobre a jornadas parlamentares. Aqui no orçamento está uma verba de 400 000 dobras, se não estou em erro, distribuídas para os Grupos Parlamentares. Sr. Presidente do Conselho de Administração, jornadas parlamentares têm muita importância. Isso é um processo de educação, de formação, de anúncios, discussão de programa coletivamente, que enriqueceria os diferentes parlamentos, e até educava mesmo alguns Deputados que ainda têm dificuldades de noção conceptual de algumas questões, educação, palavrões, uma série de coisas. Isso até ajudaria.

É por isso que eu prezo de extrema importância a questão de jornadas parlamentares. Como é que qualquer partido político deve fazer um anúncio das suas actividades políticas, e tudo mais, e ajudar-nos-a a evitar... Eu preocupo-me com isso, porque quando estivemos a discutir o Programa do Governo, eu vou enfatizar também muito a questão a nível da educação. Como veem, não sei se têm estado a ser informados de que hoje os nossos estudantes são-tomenses, principalmente em Portugal, estão no último lugar em termos de leitura. O Sr. Deputado da diáspora, da Europa, sabe e isso ajuda. É como muitas vezes nós dizemos «carne para canhão». Canhão não tem carne. Quer dizer, há uma série de questões, é necessária alguma educação de conhecimento.

E para terminar, Sra. Presidente, eu gostaria também de aconselhar a Assembleia, para que possa desenvolver uma diplomacia parlamentar activa e efectiva.

Mesmo a questão de viaturas, computadores e outras questões que ajudariam, porque nós sabemos, como diversos colegas Deputados já disseram, a situação económica do nosso país não está muito forte e, no entanto, para isso é necessário saber fazer o equilíbrio das questões, é necessário trabalhar mais, é necessário organizar, para que não só não encontremos estrangeiros aqui no corredor, nem cães, mas que a nossa organização esteja em evidência.

Muito obrigado.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

Eu gostaria de dizer que da nossa parte temos feito tudo. Quando recebemos as instituições e as individualidades em audiências, sempre solicitamos apoio para essas questões levantadas por si, mas acontece que todo mundo está mal. Entramos numa época em que nós pensamos que alguém deve estar melhor do que nós, mas se nós formos ver, também têm problemas semelhantes ou piores que nós.

Quando nós participamos em eventos, nos encontramos com os homólogos e com as instituições. Nós temos sempre trabalhado sobre essa matéria, mas a verdade é que até agora não conseguimos efectivar qualquer assunto desses, mas vamos trabalhando, vamos fazendo, vamos pedindo. Eu costumo dizer, e outros também dizem, somos pobres, mas não miseráveis. E também estamos a chorar de todo jeito para todos os homólogos, para todas as instituições, temos deitado fora um bocadinho de vergonha e temos abordado essas questões.

A verdade é que não conseguimos. Para dizer que o ex-Presidente da Assembleia Nacional deveria levar uma viatura. A viatura que a actual Presidente usa supostamente devia ser a viatura do ex-Presidente da Assembleia Nacional. Mas nós não conseguimos outra viatura, nós pedimos, pedimos, várias vezes pedimos, não conseguimos. Portanto, são questões que nós debatemos diariamente e esperamos que ao sair consigamos, mas até agora nada disso foi concretizado.

Sra. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

Sr. Delfim Neves (BASTA) — Muito obrigada, Sra. Presidente.

Por acaso o Sr. Secretário-Geral me facultou um mapa. Estive a analisar e tenho um comentário.

O meu comentário vai ao encontro da preocupação do Sr. Deputado da diáspora Jozino, acho que nós temos que discutir isso de forma desapaixonada, não estou de acordo consigo, se justifica ou não termos deputados na diáspora. Na minha opinião justifica, tanto é que está aqui e tem outro colega. Não pode concorrer e ganhar e depois vir dizer se justifica ou não, porque conhecia as condições. Se não conhecesse, deveria ter pedido.

No entanto, eu estive numa questão pontual, não vale a pena falar sobre o assunto, em Portugal, durante muito tempo, e fui pesquisando, falando com algumas pessoas conhecidas, altos responsáveis parlamentares, para saber como é que isso funciona também noutras paragem, e nós temos questões que aqui precisamos discutir de forma muito clara. E este Governo tem o privilégio de o fazer, pois disse que vai trabalhar com todos, sem excluir ninguém, então todos também têm que o apoiar. Mas fazer algo que toda gente espera que seja feito, porque sempre que alguém tenta fazer, há sempre uma mão estanha oculta que tenta travar tudo.

A questão da grelha salarial, eu falei aqui do equilíbrio, é muito importante, todos os governos dificilmente tentam fazer, porque a oposição não deixa. Vamos ser claros, não estou a falar do anterior, o outro também estava na oposição. Mas este Governo tem este privilégio de apresentar ao País um plano de grelha salarial equilibrado. Porque mesmo aqui na Casa Parlamentar há coisas que são inaceitáveis. Em Portugal, à excepção do Secretário-Geral, nenhum outro funcionário tem salário maior que o Deputado, estando ele ou não nas comissões. O nosso caso e *sui generis*. Deputados que não estão na Comissão, como é o nosso caso, e o seu, da diáspora, é equivalente a um funcionário muito básico. E se voltarmos para os Grupos Parlamentares, os funcionários dos Grupos Parlamentares têm salários mais alto do que os Deputados. Eu não vou falar de números, não me interessa, mas eu disse antes que não discuto salários altos. Salário alto é um problema resolvido. Agora, tem que haver equilíbrio. Um não pode estar a cento e tal quilómetros e outro estar a engatinhar num quilometro. Não é possível e nem sequer é digno até para o próprio deputado. Um funcionário qualquer desse nível que eu estou a dizer vê para um deputado que não está na comissão ou o Sr. Deputado que é da diáspora e não lhe dá nenhum valor, não o valoriza para nada. Ok, podem perguntar, isso é de hoje? Não. Isso é da responsabilidade de quem? Nós todos, sobretudo o Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia não tem mãos metidas no Conselho de Administração. As pessoas podem dizer, mas o senhor estava lá, o senhor também deveria melhorar. Não tem. O Conselho de Administração tem responsabilidade em toda a administração económica e financeira da Assembleia. A Mesa da Assembleia só tem a gestão política, superintende, homologa as decisões do Conselho de Administração, mas não tem mãos metidas. Tem muito peso, não é só aqui, e não é em vão que eu disse que o Secretário-Geral é o único que tem o salário mais alto que os deputados, pelo menos em Portugal, por causa da responsabilidade que ele tem na administração da Casa Parlamentar, mas não existe nenhum funcionário que tem salário mais alto que o deputado, seja ele da comissão ou não. Mas aqui há n casos, nós temos que, de uma vez por todas, como dizia o Sr. Deputado Vice-Presidente, Abnildo, começar a pensar no País no seu todo, porque foi para isso que fomos eleitos. E o Deputado Wuando também reforçou o Deputado Arlindo Barbosa. Questões importantes, questões nacionais, sentemos todos e discutamos, sem tabus. Se não o fizermos, nós não estaremos a fazer absolutamente nada. Muda pessoas, de geração em geração, estamos aqui no púlpito sempre a discutir a mesma coisa, a tentar mandar responsabilidades para outras, quando nós também temos essa responsabilidade hoje, e não estamos a fazer absolutamente nada.

Muito obrigada.

Sra. Presidente – Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder do Grupo Parlamentar MCI /PS-PUM.

Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUM) – Boa tarde, Sra. Presidente, membros da Mesa, Caros e Caras Colegas Deputadas, Sra. Ministra, Sr. Ministro do Estado e Finanças, todos os cidadãos que nos acompanham, dentro e fora do Território.

Eu venho ao púlpito, antes, para partilhar com o Deputado Sr. Delfim Neves que eu já ouvi nesta Casa Parlamentar, há menos de 1 mês, que se não existisse os funcionários, não existiria o Parlamento. E ouvi isso na boca do Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional. Que se não houvesse funcionários, não existiria o Parlamento. Eu disse que não aceitava, porque é ao contrário. Para existir o Parlamento, tinha que existir deputados. E os funcionários vêm assessorar os serviços parlamentares. Mas ele disse que não aceita.

É uma questão que nós poderemos discutir no futuro, para ver quem é mais velho: se é a galinha ou o ovo.

Bem, outra questão que me traz aqui é um reparo ao Conselho de Administração. O Sr. Presidente do Conselho de Administração está bilateralmente com o colega Deputado da Diáspora Africana, eu gostaria da sua atenção. Sim, eu gostaria da sua atenção, porque o que eu notei é que este orçamento que nós estamos aqui a discutir foi o primeiro orçamento que a Assembleia enviou para os Deputados, mas depois eu vi um segundo, que foi actualizado, e pelo visto nós, os Deputados, não temos o orçamento actualizado. E não tendo o orçamento actualizado, impede-nos de fazer a distribuição, ou seja, as emendas que deveriam ser feitas. Procurei no computador, nem digital enviaram.

Pelo visto só o Conselho de Administração tem o orçamento actualizado.

O que toca no capítulo do orçamento da despesa de capital, não sei se foi actualizado, não vi, há algum tempo atrás, mesmo à entrada da Assembleia Nacional, começou uma obra que era para o portão, porque nós aqui já tínhamos discutido que o portão não deveria estar constantemente aberto, para evitar certos problemas, e a obra começou, mas os portões ainda continuam como estavam, e não vi aqui se o orçamento foi conclusivo, aquilo que se pretendia para 2024. O portão ainda se encontra dessa forma.

A outra questão tem a ver com a área verde, que é o jardim da Assembleia Nacional, que às vezes se pergunta, será mesmo jardim? Nós viajamos e visitamos alguns lugares, é só jardim, só a entrada do edifício alegra a qualquer um. Às vezes são países que têm Inverno, mas têm jardim. Eu pergunto, o que fazem para o jardim estar bonito? Nós aqui no nosso país, na nossa Casa Parlamentar, não conseguimos pôr o nosso jardim bonito. Pelo menos, daquilo que eu percebo, como disse aqui, para fazer um jardim, se há jardineiro, o jardineiro usufrui de um salário. Cabe sim, mesmo com aquele pouco, apresentar trabalho. Tanto o jardineiro como os empregados, muitas vezes, não são produtivos. Deveríamos fazer melhor aquilo que nós fazemos. Quando dizermos para um jardineiro fazer um jardim, vai-se compra flor lá fora? Não. Então, deveríamos, sim, dar dignidade à nossa Casa Parlamentar, para não andarmos aqui a ouvir que, se os Deputados não conseguem fiscalizar a própria Casa, como querem fiscalizar a casa dos outros?

Muito obrigada.

Sra. Presidente — Muito Obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder do Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUM.

Já não temos mais tempo. Pese embora tenhamos mais dois inscritos, nenhum grupo parlamentar tem mais tempo. E porque para mim horas são horas, combinado é combinado, ultrapassamos um bocadinho mais, porque eu não poderia cortar a Sra. Deputada na sua intervenção, estou a submeter a esta Augusta Assembleia o tempo de intervalo. São 13 horas, temos ainda a apresentação, para votação na generalidade, depois especialidade e final global, do Projecto de Resolução que aprova o orçamento da Assembleia Nacional, e leva ainda algum tempo. Depois de terminar este assunto, teremos mais outro. Porque horas são horas, combinado é combinado, estou a solicitar se vamos mesmo ao intervalo e depois regressar, ou continuamos. Vamos continuar?

Temos na Sala os Líderes Parlamentares, gostaria de ouvir dos mesmos a questão à volta do intervalo. Fazemos? Ligamos e depois saímos, ou vamos continuar? Mas os Líderes têm uma palavra a dizer, com a anuência do seu respectivo Grupo Parlamentar.

Não tendo nenhum *feedback* dos Líderes Parlamentares, eu vou suspender, porque horas são horas.

Sim, porque eu não tive anuência dos Líderes, ninguém disse nada...

Uma Voz: — Estamos a negociar.

Sra. Presidente — Estão a negociar? Ah, negoceiam com carinho, se faz favor, mas horas são horas.

Tendo em conta que não há entendimento, não tive qualquer *feedback*, então está suspensa a sessão, retomaremos às 14 horas.

Sra. Presidente — Boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Temos quórum, declaro reaberta a sessão, para continuar no ponto 2, que é discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 84, Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2025.

Tendo esgotado ainda na primeira parte dos nossos trabalhos esclarecimentos e a discussão à volta da matéria, vamos agora submeter à votação, na generalidade.

Somos 48 Deputados, vamos submeter o Projecto de Resolução à votação, mais antes temos que o apresentar, pelo que vou pedir à Sra. Secretária da Mesa que o faça.

Sra. Secretária (Bilaine Ceita) — «Projecto de Resolução n.º 84 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2025.

Preâmbulo.

A Assembleia Nacional, no uso da competência que lhe é atribuída no n.º 1 do artigo 17.º da Lei 4/2007, de 9 de Março, Lei Orgânica da Assembleia Nacional, resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação do orçamento.

É aprovado o orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2025, conforme os mapas números 1, 2, 3 e 4 e os mapas de pessoal em anexo, que fazem parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º. Receitas.

As receitas são estimadas em Dbs. 125.023.858,00, sendo Dbs. 95.315.391,00 correspondentes a receitas correntes e Dbs. 29.708.467,00 correspondentes a receitas de capital.

Artigo 3.º. Despesas.

As despesas são fixadas em Dbs. 125.023.858, 00, sendo Dbs. 95.315.391,00 correspondentes a despesas correntes e Dbs. 29.708.467, correspondentes a despesas de capital.

Artigo 4.º. Duodécimo.

O duodécimo da Assembleia Nacional é de Dbs. 7.916.676.706 centimos, devendo o Ministério da Justiça e Finanças, através da Direcção do Tesouro, transferir para o efeito.

Artigo 5.º. Massa salarial.

A massa salarial tem um acréscimo.

Artigo 6.º. Remuneração.

1. Além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede de Jovens Parlamentares e da Rede das Mulheres Parlamentares têm direito a senhas de presença por cada reunião.
2. Por cada reunião extraordinária das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede de Jovens Parlamentares e da Rede das Mulheres Parlamentares, os membros têm direito a senhas de presença de igual valor aplicado nas Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional.
3. O número máximo de reuniões pagas mensalmente são de 6, por Comissão. Excepcionalmente, em função do assunto, o limite é de 8 por Deputado.
4. As senhas de presença são pagas mediante apresentação de relatório de presença dos Deputados, devidamente assinado.
5. Para o efeito do n.º 4, o Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões remete ao Departamento de Gestão Financeira, até ao dia 14 de cada mês, o relatório acima referido.

Artigo 7.º Faltas.

1. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas, com bases nas disposições no Regimento da Assembleia Nacional e do Estatuto dos Deputados.
2. Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede de Jovens Parlamentares, Rede de Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração considerada injustificada, é descontado na renumeração mensal o valor correspondente à senha de presença.

Artigo 8.º Execução.

A execução do orçamento da Assembleia Nacional é feita nos termos da Lei 4/2007.

Artigo 9.º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir de...

Publique-se.

Assembleia Nacional, 20 de Março 2025.

A Presidente de Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

Obrigada.

Sra. Presidente — Muito obrigada, Sra. Secretaria.

Acabamos de apresentar o Projecto de Resolução n.º 84, vamos submetê-lo à discussão.

Já temos um inscrito, o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira.

Sr. Abnildo d Oliveira: — Sra. Presidente, é um pedido de esclarecimento.

Quando a Sra. Secretária da Mesa lia o Projecto, a um dado momento, não me lembro qual é o artigo, não tomei nota para fazer referência mais concreta, ela lia que os Deputados que faltarem às reuniões nas Comissões, sem justificação, teriam desconto no salário. O valor da senha. Por esta razão é que estou a pedir o esclarecimento. O valor da senha é descontado onde? No salário?

Vozes: — Sim.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — É descontado no salário. É esta questão que estou a levantar. É verdade que as reuniões das comissões são consideradas trabalhos parlamentares, mas o trabalho parlamentar das comissões não tem a solenidade de uma reunião plenária.

A minha pergunta é se é mesmo esse o texto, tal como está, ao faltar uma reunião da comissão, se é descontado o valor da senha no salário.

A Sra. Presidente: — Vou solicitar à Sra. Secretária da Mesa que volte a ler o artigo onde consta essa preocupação. Se se tiver que alterar alguma coisa, vamos deixar para a especialidade.

A Secretária (Bilaine Ceita): — Trata-se do artigo 7.º, ponto 2, que diz o seguinte: «Cada falta cometida pelos membros das comissões especializadas permanentes, da Rede de Jovens Parlamentares, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, consideradas injustificadas, é descontado na remuneração mensal o valor correspondente a senha de presença».

A Sra. Presidente: — Estamos a analisar na generalidade o Projecto de Resolução.

Mais algum ponto de vista?

A Sra. Secretária da Mesa leu o artigo, Sr. Vice-Presidente, está esclarecido?

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Estou esclarecido, mas quando chegarmos à especialidade apresentarei uma contraproposta.

A Sra. Presidente: — Estamos na votação na generalidade. Não havendo mais inscrições para discussão, vamos submeter o Projecto à votação.

Estamos na Sala 48 Deputados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Desta feita, vamos passar à análise na especialidade.

Convido o Sr. Vice-Presidente a fazer uso da palavra, mas antes temos os artigo 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º. Não havendo qualquer intervenção nestes artigos, passaríamos para o 7.º, do qual o Sr. Vice-Presidente vai sugerir alguma alteração.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Penso que o salário dos Deputados da Assembleia Nacional é fixo. Os Deputados que não participam nas comissões têm um salário fixo. Pela não participação na reunião plenária ele sofre, então, uma falta não justificada e tem um desconto deste valor do salário. Eu, não sendo Deputado de nenhuma comissão, se faltar a uma reunião plenária, tenho o direito de ser descontado. Quando vou a uma reunião da comissão, tenho uma senha de presença. Se não participar numa reunião da comissão, não a recebo, simplesmente.

Murmúrios do ADI.

Ao não participar na reunião da comissão, não recebo a senha.

O que está proposto no texto é, para além de não receber a senha, ainda sou descontado. É o que não pode. A minha sugestão é que apenas se aplique a reuniões plenárias.

A Sra. Presidente: — Não estou a contrariar, mas acho que este artigo vem mais na base do castigo para aqueles que faltam e não justificam. É sancionatório, sim, para quem falta e não justifica. Seria uma forma de fazer ver que não se deve banalizar os trabalhos, sem prejuízo da intervenção do Vice-Presidente ter ou não razão.

Acho que a ideia de colocar isto assim é para realmente fazer com que os Deputados não tenham faltas injustificadas. E um dos castigos, isso sim, posso dizer que é castigo, para os deputados que tenham faltas injustificadas. Por exemplo, estamos cá e os deputados pegam em si e saem sem dar nenhuma satisfação. Esta, sim, seria uma situação para falta injustificada. Porque de outra forma, o deputado teria como justificar. Por exemplo, numa comissão, se faltou ontem, hoje ele apresenta uma justificação. Não se está a pedir grandes coisas. É uma justificação simplesmente. Mas falta injustificada aplica-se muito mais, ao meu ver, nas reuniões plenárias, quando são abandonadas simplesmente. Mas a ideia do Sr. Vice-Presidente está de pé, que é não descontar simplesmente, porque se ele não assiste a reunião, não terá a senha.

Temos alguns inscritos, estamos a discutir na especialidade, artigo 7.º, faltas.

Tem palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Para reforçar a intenção do colega Deputado e Vice-Presidente.

A pessoa não deve sofrer dupla penalização. Faltou, pura e simplesmente, não ganha. Se a pessoa falta, não ganha e ainda é descontado no seu salário, acho que assim não estamos a ser justos. Acho que se foi aceitando isso e chegou hora de dizermos que não, não pode. Na minha opinião, a pessoa faltou, ela não ganha, mas não deve ser duplamente penalizada.

A questão de forçar que as pessoas venham às reuniões, temos que fazer um outro tipo de trabalho, outra sensibilização. Os Deputados têm que assumir sua responsabilidade. Se é membro de uma comissão, deve estar presente nas reuniões. Quando não puder, que peça ao grupo parlamentar para fazer a sua substituição.

A Sra. Presidente: — Antes de passar para os outros intervenientes, que certamente também terão uma intervenção no sentido, deixem-me só recorrer ao artigo 20.ºA do *Estatuto dos Deputados*, Efeito das faltas aos trabalhos parlamentares, no seu ponto 3.º

«3. As faltas injustificadas às sessões de trabalhos parlamentares implicam ainda:

- a) A perda de 1/5 do vencimento mensal, se der duas faltas;
- b) A perda de 1/3 do vencimento, se der três a cinco faltas.»

Para dizer que no orçamento da Assembleia a questão está mais leve.

Era só para contextualizar, para dizer que...

Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Como estamos no âmbito do espírito de celebração dos 50 anos, peço a indulgência das Sras. e Srs. Deputados, pois este artigo entrou aquando da Legislatura em que estava o falecido Presidente Alcino Pinto. Aquilo foi uma forma de obrigar os deputados do ADI a estarem presentes nas reuniões plenárias, quando houve uma decisão política para os deputados da ADI abandonarem o Parlamento.

Sra. e Srs. Deputados, por esta razão, peço a indulgência para que possamos nos compreender. Aquilo foi mesmo uma questão de arrastar os deputados, «ou vocês venham, ou não venham». Foi essa intenção e o espírito que se introduziu este artigo. Claro está que se alguém não trabalha não deve receber. Mas se contabilizarmos se uma pessoa faltar o trabalho um, dois dias, é um terço (1/3) do salário, se formos por

uma questão de lei. A falta de trabalho é de um a 30, por exemplo. O deputado recebe pelos 30 dias que está cá.

O meu ponto de vista é que, tratando-se de uma reunião plenária, por ser um acto solene, o deputado é convidado atempadamente e é programado, se faltar e não justificar aí,... até porque a própria lei penaliza o deputado. Se ele tiver algumas faltas consecutivas, ele perde o mandato, já lhe conduz a perda de mandato. Quer dizer que ele já sabe que tem que gerir as suas faltas. Mesmo nas comissões, se ele tiver um número elevado de faltas não justificadas, ele perde o mandato. Não é uma questão de dizer que estou em defesa de que o deputado que não trabalha tem que ganhar. Não é isso, mas se não trabalhou, não tem senha, já é uma penalização. Sofrer dupla penalização, não estou de acordo.

É verdade que temos aí uma questão de uniformizar com o Regimento e não só, mas estamos em sede do Plenário, o Plenário é soberano. Estamos aqui, alteramos.

A minha proposta é para a retirada deste ponto como está.

A Sra. Presidente: — Retirada não, alteração. Para dizer também que ele só sofre essa sanção, se não justificar, desde que justifique, está tudo bem. Socorremo-nos do Regimento, porque é nosso, nós é que trabalhamos e aprovamos, e constam esses pontos no nosso Regimento. Se estivermos aqui a assumir todos que não pode ser assim, devemos assumir também em retirá-los do Regimento. É o que existe, temos que trabalhar com o que está em vigência. Está, existe, podemos trabalhar o Regimento e retirar esses pontos que são pesados.

Contextualizou aqui o Vice-Presidente em que momento esses artigos foram criados. Ok, não estamos de acordo, devemos trabalhar para os retirar, mas estamos a discutir uma coisa a parte, que é o orçamento da Assembleia Nacional. Também é um Projecto de Resolução, vamos manter a sugestão do Sr. Vice-Presidente, em refazermos o artigo 7.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Não sei se o texto que tenho à minha frente é igual ao que todos os Deputados também têm.

Artigo 7.º, ponto 2. Qual é a dúvida que temos aqui?

Se as pessoas que estão nas comissões especializadas, na Rede de Jovens Parlamentar, Rede de Mulheres Parlamentar, Conselho de Administração, as faltas podem ser consideradas justificadas ou injustificadas, e as não justificadas são descontadas na sua remuneração a senha de presença. Mas senha de presença, é lógico, o nome próprio diz senha de presença. Então, se a pessoa não está presente, recebe? Não estou a perceber, o ponto 2 diz isso.

A Sra. Presidente: — Ok, acho que a Mesa consegue justificar ou esclarecer isso.

A intervenção do Sr. Vice-Presidente é na perspectiva de não retirar esse valor do salário, porque ele não está previsto no salário, só está na senha. E, segundo o Sr. Vice-Presidente, se não estiver presente, simplesmente não recebe o valor, mas não ser descontado no seu salário, que não prevê o valor da senha. Esta é a ideia do Sr. Deputado Vice-Presidente.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — O salário aqui na Assembleia...

A Sra. Presidente: — Não inclui valor de senha.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — É integrado.

A Sra. Presidente: — Só se se fizer presente.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Sim. Não se paga uma parte salário, depois outra parte senha de presença. É tudo integrado.

Uma Voz do ADI: — *Falou fora do microfone.*

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Mas é integrado no valor mensal que recebe.

A Sra. Presidente: — Vamos prosseguir com a discussão do artigo 7.º.

Para dizer também que, tendo em conta o ponto de vista do Vice-Presidente, o artigo 7.º não estaria cá, porque um deputado que não participa numa reunião, já não tem senha. Não fazia sentido referir aqui que se vai tirar no salário.

Artigo 7.º, faltas. «1. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas com base nas disposições do Regimento da Assembleia Nacional e do Estatuto dos Deputados.

2. Cada falta cometida pelos membros das comissões especializadas permanentes, da Rede de Jovens Parlamentares, da Rede de Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal o valor correspondente a senha de presença».

Vamos passar para os outros, quem sabe poderemos, depois das intervenções, esclarecer a situação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Questões de falta, trago o artigo 61.ºA do Regimento da Assembleia Nacional, que diz «Efeito das faltas aos trabalhos parlamentares.

Aqui diz: «1. Perde o mandato o deputado que deixe de tomar parte consecutivamente em seis sessões de trabalhos parlamentares ou deixe de comparecer interpoladamente a nove sessões de trabalhos parlamentares, salvo por motivo justificado.

2. Perde a qualidade de membro da Comissão o deputado que der, sem motivo justificado, seis faltas consecutivas ou nove interpoladas aos trabalhos da respectiva comissão.

3. As faltas injustificadas aos trabalhos parlamentares implicam ainda:

- a) A perda de 1/5 do vencimento mensal, se der duas faltas;
- b) A perda de 1/3 do vencimento, se der três a cinco faltas.»

Às vezes não nos colocamos no lugar do outro. Porque várias vezes os presidentes das comissões convocam as reuniões, mas essas mesmas reuniões não são realizadas porque não há quórum, e quando não há quórum o trabalho não se realiza. Como fica os deputados que deixam os seus distritos para virem participar nas reuniões das comissões e quando chegam aqui as reuniões não são realizadas, porque não há quórum? Vamos sofrendo por causa de alguns. A minha preocupação é essa.

Porque temos que rever o Regimento da Assembleia Nacional, o Estatuto dos Deputados, senão quem vive distante vai sofrendo, enquanto quem vive perto, por seu belo prazer, não aparece. E cada comissão, para que as pessoas saibam, tem nove membros e para uma reunião de comissão realizar precisa-se de cinco deputados.

Ainda na semana passada, a reunião da 5.ª Comissão não se realizou, porque não houve quórum. Só houve quatro deputados, e aquilo ficou.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Ligeiramente ultrapassado, mas é preciso esclarecermos de uma vez por todas este artigo 7.º. Na verdade o artigo 7.º, a maneira como está e como diz o Sr. Deputado e Vice-Presidente Abnildo d'Oliveira, é penalizar duas vezes o deputado. Há outros mecanismos, no quadro do próprio Regimento, para penalizar quem falta sistematicamente às reuniões das comissões. Agora, o que não pode haver é eu receber um salário, tenho direito a um salário, aquela falta que tive na reunião não recebo e ir ao meu salário tirar este valor que não recebi. É isso que está aqui neste artigo e é isso que na minha óptica devemos evitar. A pessoa é duplamente penalizada, quando não deveriam ser. É com isso que acho que temos que ter algum cuidado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Ferreira.

O Sr. **Messias Ferreira** (ADI): — Sra. Presidente, não existe dupla penalização, porque um funcionário, aqui na Assembleia somos funcionários, somos deputados temos um salários e temos que cumprir o horário para os nossos trabalhos. Quando existe uma reunião da comissão, faz parte do trabalho dos deputados. O prémio que é dado para as reuniões está fora do salário. Portanto, o salário do deputado corresponde a presenças aqui na plenária e nas reuniões das comissões.

Um trabalhador que tem um salário tem 8 horas para cumprir semanalmente e dentro dessas 8 horas ele tem determinadas tarefas para fazer. E se ele não for trabalhar, o patrão marcará falta e, marcando falta, ele terá desconto no salário. O prémio que é dado para as reuniões está de fora do salário. Portanto, o salário do Deputado corresponde às presenças aqui na plenária e às presenças nas reuniões das comissões.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — *Não é assim.*

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Então, nós temos que estar presentes nas comissões. Se não queremos estar presentes nas comissões, ou justificamos...

O Sr. **Honório Sousa Pontes** (ADI): — *Não, não.*

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — É sim senhora.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Tem que aceitar.

Uma voz: — O Sr. Deputado Delfim não tem Comissão.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Não estou a fazer confusão.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado Messias.

Antes de passar para o Sr. Deputado Elísio, gostaria de fazer uma contextualização. Para dizer também que os Deputados que não são membros de qualquer comissão têm um salário, e os que são membros de comissão têm outro salário.

Como é que se pode justificar o artigo 7.º, sob pena de o retirarmos simplesmente?

É simples penalização, para aqueles que faltam injustificadamente a uma reunião. Não é dupla penalização. É só uma penalização para quem faltar deliberadamente a uma reunião.

Agora, o caso que se tem que colocar sobre a mesa é: aceitamos ou não esta penalização? É melhor não irmos por aqui, porque caso contrário vamos discutir e perder muito tempo.

Vamos aceitar que esteja como está ou retirarmos essa parte?

Tem a palavra o Sr. Deputado Elísio Teixeira.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Boa tarde, sra. Presidente e demais Deputados, Srs. Ministros.

Sra. Presidente, isso é assim: as faltas dadas, tanto na comissão como na plenária, faz perder o mandato. Logo, é uma penalização. Se eu falto a uma reunião da comissão, eu não tenho direito a senha de presença. É outra penalização. Então, se eu tenho uma penalização pelas faltas, que me pode fazer perder o mandato, e depois não recebo a senha de presença, e ainda como está escrito, isso é claramente dupla penalização. É a falta que me faz perder o mandato, depois é descontado na minha remuneração o valor relativo à falta que dei. Portanto, não tem como. Isso como está escrito tem que ser alterado, porque está mesmo a penalizar duas vezes.

Applausos.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Elísio Teixeira.

Eu continuo dizendo, na minha perspectiva, não é dupla penalização, porque simplesmente ele não apareceu, não ganha por isso. Isso é normal. A única penalização é lhe retirar o salário, pelo facto de ter participado. É isso que acontece e vai acontecer.

Por isso, eu disse, devemos evoluir para aceitar ou não como está. É para retirar?

Uma voz: — Sim.

A Sra. **Presidente**: — É esta ideia, para não irmos vagamente por outras situações.

Uma voz: — Está-se a perder muito tempo.

A Sra. **Presidente**: — Estamos a perder muito tempo.

Aceitamos como está ou retirarmos?

Vozes: — Retiramos.

A Sra. **Presidente**: — É isso, simplesmente.

Sr. Deputado Honório, está ultrapassado?

O Sr. **Honório Sousa Pontes** (ADI): — Está sim.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sra. Ministra, Sr. Ministro, Colegas, boa tarde.

É um pedido de esclarecimento, pois as pessoas nos ouvem. Eu gostaria de entender qual é a base, qual é a causa que originou este texto. Nós estamos numa situação de dupla penalização ou não? Já como foi aqui lido pelo Deputado que me antecedeu, existem mecanismos de penalização para esses casos. Para que esta situação viesse, é porque existe algum fenómeno, aquele exposto pela Deputada Beatriz, talvez que explora a frequente inviabilização das comissões, pelas constantes ausências. Portanto, de alguma maneira, nós Deputados criámos esta situação, para que o Conselho de Administração trouxesse à baila alguma forma de dupla penalização, sim é, concordo, que nós estamos agora a discutir se passa ou não passa.

Volto a perguntar, há de facto um agravamento de ausência nossa nas comissões que faz com que a preocupação nos leve a esta discussão? Porque segundo diz, o Regimento já contempla as penalizações pelas faltas.

Se existe de facto este agravamento de ausências, aí sim temos que procurar mecanismos para o agravamento das penalizações. Caso não, então fica sem efeito.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Honestamente, estou um bocado confuso, porque entendo que alguns Deputados querem entender efetivamente qual é a causa que nos levou a isso. Mas, primeira questão, perguntando aqui aos serviços, isso é uma questão recorrente, não é primeira vez que vem na resolução da aprovação do orçamento da Assembleia Nacional. Está nos outros orçamentos. Primeira questão.

Segunda questão, eu discordo com a questão de dupla ou tripla penalização, e se calhar estou em melhor condições de dizer-lo. Por quê? Nós não estamos em nenhuma das comissões, pois o direito regimental não nos contempla isto. Nós temos um salário de base, atenção, reparem bem, temos um salário de base, como também os Deputados da diáspora.

Um deputado que está na comissão deveria ter um salário de base, depois ter o complemento, senão de presença. Não é o caso. Só de estar na comissão, tem um salário melhorado, em relação àqueles que não estão. Já está a perceber? Logo, se ele tem um salário melhorado em relação aos outros deputados que não estão na comissão, ele deve participar na reunião. Porque ele só tem esse salário melhorado por fazer parte da comissão. Se ele não participa, não está presente nas comissões, por que é que tem direito a um salário melhorado e o outro também não tem? A situação é esta. Portanto, ele tem salário melhorado pelo direito de estar na comissão. Só por isso. Depois tem mais senão de presença, quando participa. Eu não sei se está a ver. Quer dizer, ele ganha duas vezes mais...

Uma voz: — Duas vezes um acréscimo.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Duas vezes acrescido em relação ao salário de base do Deputado. Uma vez só por ser membro da comissão, mais uma vez quando participa na comissão. Se ele não participar, está nem aí. Ele está nem aí por quê? Porque, não participando, ele já tem um salário melhor que aqueles que nem sequer estão na comissão.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Sobe duas casas.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Sobe duas casas.

Daí que eu acho que, se não quer estar na comissão, peça para sair, fica como um deputado normal, o seu salário de base ninguém toca. Agora, se é membro da comissão, tem um salário melhorado por causa disso, não participa, porque pode fazer as contas. Por aquilo que eu ganho como salário melhorado, por quê ir lá sujeitar essa gente? É o que dizem. Sim, estou sendo mais claro...

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Faz um jogo.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Faz um jogo.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Um subterfúgio.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Subterfúgio, exatamente. Tem que haver, sim senhor, na minha opinião. E isto não é dupla, nem tripla, é uma penalização normal, para alguém que tem um direito, que se paga e ele não liga, porque ganha na mesma.

Muito obrigado.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Pois, e nem trabalha.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Obrigado pelo esclarecimento.

A Sra. **Presidente**: — Das intervenções tidas, só me resta ainda duas saídas. Manter como está ou retirar. Para isso, sendo a Assembleia soberana, eu vou devolver às Sras. e Srs. Deputados, para votarem, se fica ou se retiramos. Nós estamos aqui todos, temos a plena consciência de que os Deputados muitas vezes faltam os trabalhos parlamentares e põem em causa o andamento ou bom andamento dos trabalhos nas comissões.

Mas, vamos ouvir uma parte importante disso tudo?

Estou tendo feedback técnico, de que se nós retirarmos, vai-se aplicar simplesmente o que está onde?

Uma voz: — Regimento.

A Sra. **Presidente**: — Na Lei que já existe.
Em que ficamos?

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Por quê não se sobrepõe à Lei?

A Sra. **Presidente**: — Isso é resolução.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Corrigir o que está. A pessoa perde apenas a senha de presença.
Corrigir o texto.

A Sra. **Presidente**: — E lá como é que fica?

A Sra. **Secretária**: — Como é que fica a Lei?

A Sra. **Presidente**: — Lá é que é a Lei.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — É como dizia o Sr. Deputado Delfim. Nas legislaturas anteriores, foi aplicado assim. Vamos ver a legislatura anterior, no ano passado, vão ver o texto. É igual?

Vozes: — É igual.

A Sra. **Presidente**: — É igual.

Nós queremos corrigir, e essa correção significaria retirarmos o ponto 2 do artigo 7º.

Uma voz: — Corrijamos.

A Sra. **Presidente**: — Corrigir é retirar. A tal correção é retirar.
Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

É verdade, Sra. Presidente, recebeu um apoio técnico, mas o Plenário é soberano para decidir como é que deve ser guiada a Casa Parlamentar. Eu fiz uma proposta e coloco à Mesa e ela vai à votação. Mas a Presidente também está a fazer um reparo, dizer que vai recorrer ao Regimento para aplicar. Na Segunda-feira, eu e alguns deputados, vamos entrar com uma iniciativa para retirar isso no Regimento.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Ok. Eu subscrovo na íntegra o que disse o Sr. Vice-Presidente, mas uma coisa é certa, temos que nos socorrer do que existe. O que existe é assim. Querendo fazer com que deixe de existir, temos que simplesmente eliminá-lo da forma regimental também.

Assim sendo, vamos retirar, e nos próximos dias o Sr. Vice-Presidente, se engaja junto à sua Bancada, para submeter uma iniciativa que emende o Regimento.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — *Retirar por quê?*

A Sra. **Presidente**: — Mas pronto, vamos agora ter intervenção em dois sentidos, mas vamos avançar, para ultrapassarmos esta questão.

Fica ou sai?

Vozes: — Sai

A Sra. **Presidente**: — Quem vota a favor para que fique?
Que continue como está?

Quem é de opinião de que continue como está, que quando um deputado, deliberadamente falte às reuniões parlamentares, lhe é descontado o valor da senha no seu salário. É assim que está. Quem vota para que fique assim?

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Eu tenho uma dúvida. Se vai apresentar uma proposta de alterar o Regimento e também suprimir o artigo 7º nesta resolução, eu acho que temos que rever todo o orçamento.

Uma voz: — Mas por quê?

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Não pode haver dois pesos e duas medidas. Como é que um deputado que pertence a uma comissão e tem um salário melhorado... estamos a escancarar a porta para faltas.

Uma voz: — Ele não é efetivo.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Sim, porque ele não tem nenhuma penalização. Não vai ter penalização na resolução que aprova o orçamento, não vai ter penalização no Regimento, ele pura simplesmente...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Não se vai retirar, vai-se reter.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Então, vamos fazer assim. A proposta seria, já que é recorrente, aprova-se como está, o Sr. Deputado ou o Grupo Parlamentar apresenta uma proposta de alteração, para uniformizar o texto, são duas resoluções, e uniformiza o texto. Porque podem retirar e não fazer a alteração. Assim como está, quer dizer que estamos a beneficiar o infractor. É beneficiar o infractor. Falta, mas não há nenhuma penalização e ponto final.

A Sra. **Presidente**: — Tendo em conta as sugestões apresentadas pelo Deputado Delfim Neves, vamos manter ou vamos retirar? O Sr. Deputado Delfim Neves diz que devemos assegurar da forma que está e depois o Grupo Parlamentar pode submeter uma iniciativa que refute a forma que vamos aprovar. Estamos a aprovar o orçamento. Mas também é verdade que se houver uma iniciativa, sobreponha-se ao orçamento. Não? Acho que se sobreponha.

Quem falta injustificadamente, quem sai da plenária e não diz nada, vem de manhã assina e vai-se embora tem igual tratamento a quem fica do princípio ao fim?

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Eu faço esta interpelação à Mesa, eu peço à Sra. Presidente para me permitir falar com o micro fechado e peço à RTP, se está ligado, para desligar os micros.

Pausa.

Entretanto os Deputados intervieram com os microfones desligados.

A Sra. **Presidente**: — Estamos de volta, vamos continuar com os nossos trabalhos, estamos na fase da apreciação do orçamento da Assembleia Nacional na especialidade, houve uma pequena situação com um dos artigos. Após a discussão, o que a Mesa vai submeter à votação não é o que está, não é o próprio documento, mas a decisão, a sugestão havida durante a discussão.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado.

Depois de ouvir os colegas e as opiniões, eu retiro a minha proposta e mantenho o texto como está, que os deputados sejam descontados, quando não fizerem parte dos trabalhos parlamentares...

Vozes do MLSTP/PSD e do BASTA: — Quando não justificarem.

Uma voz: — Diga a verdade

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Não justificada. Falta injustificada.

A Sra. **Presidente**: — Nós já fechamos a discussão do sétimo ponto. O Deputado que sugeriu uma ideia, retirou a sua ideia, vamos continuar e vamos submeter o documento, tal qual é, incluindo o artigo 7.º. Vamos ultrapassar esta fase.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — É apenas para ajudar o texto. É para nós remetermos o texto ao Regimento da Assembleia Nacional.

«Às faltas injustificadas aplica-se o cumprimento do Regimento da Assembleia Nacional.»

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Isto é que eu dizia na altura, que se nós formos cumprir o que está no Regimento, a penalização é maior. Está a sugerir agora o Vice-Presidente que recorramos ao Regimento. Aplicar o Regimento. Estamos todos de acordo?

Murmúrios gerais.

A Sra. **Presidente**: — Enquanto eu pensava que nós estávamos a progredir na discussão, regredimos. Eu agora teria outra proposta a submeter à Assembleia. Vamos recorrer ao Regimento simplesmente aqui neste ponto? Remeter, que é mais pesado como eu dizia?

O Sr. **Levy Nazaré (BASTA)**: — Mantém-se como os anteriores.

A Sra. **Presidente**: — A Sra. Deputada Beatriz tinha pedido a palavra há muito tempo e eu ainda não tinha passado a palavra, porque também estou aqui a fazer alguma reflexão. Se nós não evoluirmos para a retirada, era suposto manter como estava. Mas ao manter, o Vice-Presidente sugeriu que remetamos este artigo para o Regimento da Assembleia Nacional, em que a penalização é maior. Mas é a sugestão do Deputado Vice-Presidente. Eu preciso submeter esta questão ao Plenário. Como é que fica? Agora já temos mais situações, recorrer ao Regimento ou, como já estava antes decidido, deixar tal e qual?

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo (MCI-PS/PUN)**: — Obrigada, Sra. Presidente.

Colegas Deputados e Deputadas, porque é que surgiu a Lei de Incompatibilidade, em 2015? É uma forma para os deputados estarem a tempo inteiro, quer dizer, de Segunda a Sexta-feira na Casa Parlamentar. Estar na Casa Parlamentar de Segunda a Sexta, sabendo que ele não tem mais nenhum lugar para ir trabalhar, não é presidente do conselho de administração de outras empresas e não é nada, que é só na Assembleia que ele está e que, se não vem para o trabalho das comissões, ele deve ser descontado, porque o salário que é pago é para um mês de trabalho. E se ele não aparece e cria engarrafamento de forma que as comissões não funcionem, tem que ser descontado no salário. Porque assim, chega ao fim do mês, ele não apareceu, mas tem o salário completo.

Porque é que existe Lei de Incompatibilidade? Porque muitas vezes as pessoas não vêm, porque têm outros assuntos, tem outras empresas, tem não sei o quê para poder trabalhar, enquanto outros deputados saem de longe, dos distritos mais distantes e vêm para aqui e as reuniões não se realizam, porque não há quórum.

Desde 2015 as pessoas já sabiam que quando concorrerem para serem deputados é a tempo inteiro. E sendo tempo inteiro, quer dizer de Segunda a Sexta-feira. Se 8 horas de relógio de trabalho como manda a Lei, temos que estar aqui, sim.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António (ADI)**: — Muito obrigado, Sra. Presidente. Peço a indulgência dos colegas. O Grupo Parlamentar do ADI vai pedir 5 minutos de intervalo, para nós analisarmos aqui a questão.

A Sra. **Presidente**: — A pedido do Líder Parlamentar do ADI, suspendemos a sessão por 5 minutos.

Eram 15 horas e 32 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Retomamos a sessão justamente onde ficamos.

Eram 15 horas e 50 minutos.

Ficamos no artigo 7.º do Projecto de Resolução que aprova ou não, não sei, o orçamento da Assembleia Nacional.

Antes de suspendermos a sessão, havia uma versão para o artigo 7.º, e após a suspensão solicito ao Grupo Parlamentar do ADI qual é a decisão final.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, o Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira (ADI)**: — Sra. Presidente, depois de alguma análise aturada do nosso Grupo Parlamentar, eu retiro toda a minha proposta e mantendo o texto tal qual está no Projecto apresentado pela Mesa.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Muito bem!

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Vice-Presidente e o Grupo Parlamentar do ADI, pela decisão.

Então, não havendo mais motivos para debate à vota do Projecto de Resolução, gostaria agora de submetê-lo à votação na especialidade. Estamos presentes 54 Deputados na Sala. Estamos a submeter à votação o preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 54 votos.

Artigo 1.º. Aprovação do orçamento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Receitas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 3.º. Despesas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 4.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 5.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 6.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 7.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 8.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 9.º. Entrada em vigor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era justamente essa questão de entrada em vigor.

A Sra. **Presidente**: — Em 1 de Janeiro.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sim. 1 de Janeiro. Era só esta questão.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado.

«A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeito a partir de 1 de Janeiro de 2025.»

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Terminamos a votação na especialidade e agora vamos passar à votação final global do Projecto de Resolução n.º 84/2025 – Orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2025.

Submetido à votação, foi aprovado com por unanimidade.

Terminamos a discussão e votação do orçamento da Assembleia Nacional, que era o segundo ponto.

Cumpre-me informar de que o 3.º ponto foi retirado, pelo facto de, após investigações, sabe-se que já há um decreto que cria e regula a estrutura organizativa para celebrações, comemorações e também a realização de grandes eventos e, portanto, não há mais necessidade de criarmos uma lei ou uma proposta para o efeito. Portanto, a Proposta de Lei n.º 34/XII/5.º/2025 é retirada.

Assim sendo, vamos passar para o 4.º ponto, que é votação final global do Projecto Lei n.º 4/XII/2.º/2023

– Nova Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Já foi aprovado na generalidade e na especialidade, na Comissão, e agora vamos submeter para a votação final global, mas antes peço à Comissão em razão da matéria, que é a 2.ª Comissão, para a apresentação do relatório final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino de Jesus.

O Sr. **Laudino de Jesus** (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimentando a Sra. Presidente, a Mesa e os Caros Colegas.

Passo à leitura do «Relatório Final da 2.ª Comissão relativamente à Nova Lei Orgânica do Banco Central.

Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros – 2.ª Comissão.

Discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 04/XII/2.º/2023 – Nova Lei Orgânica do Banco Central.

Introdução.

A Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento (CAEFO) da Assembleia Nacional realizou diversas sessões de trabalho, nos dias 23, 28, 29 e 30 de Novembro; 18 e 19 de Dezembro de 2023; 17, 24 e 26 de Setembro; 1, 3, 8, 29 e 31 de Outubro; 5, 7 e 28 de Novembro, 12, 17 e 27 de Dezembro de 2024; e 13 e 17 de Março de 2025; para análise e votação, na especialidade, do Projecto de Lei n.º 04/XII/2.º/2023 – Nova Lei Orgânica do Banco Central.

As sessões foram inicialmente presididas pelo Deputado Raúl do Espírito Santo Cardoso, sendo substituído pelo Deputado Danilo Santos, que assumiu a presidência desta Comissão e das sessões de trabalho a partir do dia 17 de Setembro de 2024.

Participaram nos trabalhos os Deputados José Maria Afonso de Barros, Adelino Cruz José da Costa, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e os Deputados Laudino Afonso de Jesus, Sólito da Cunha Lisboa, Nito de Sousa Viegas d'Abreu, Itelmiza Duarte Monteiro Pires e Ekeneide Lima dos Santos, do Grupo Parlamentar ADI, e António dos Reis Faleiro, em substituição do Deputado João Leonardo de Pina da Trindade Batista, do Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN.

Com o objectivo de garantir uma análise detalhada e enriquecedora do Projecto de Lei, estiveram também presentes, nas sessões dos dias 23, 28 e 29 de Novembro de 2023, o Governador e a equipa técnica do Banco Central, composta pelos seguintes membros: Américo Ramos, Governador, Hedlane Cassandra, Jurista, e Aldro Umbelina Neto, Consultor.

Análise do Projecto de Lei

A análise e discussão na especialidade do Projecto de Lei n.º 04/XII/2.º/2023 – Nova Lei Orgânica do Banco Central resultou na apresentação das seguintes propostas: 06 (Seis) propostas de eliminação, 45 (quarenta e cinco) de emenda, 4 (quatro) de substituição e 6 (seis) de aditamento, como a seguir se indicam:»

Srs. Deputados, para verem estas propostas de eliminação, emendas, substituição e aditamento, convido-vos a consultarem o *Diário da Assembleia*.

«Votação.

Todas as propostas de alteração acima mencionadas foram submetidas à votação e aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

Texto final.

Para os devidos efeitos, segue em anexo o Texto Final do referido Projecto de Lei, aprovado e elaborado pela Comissão.

A Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento, São Tomé, aos 17 de Março de 2025.

O Presidente, *Danilo Neves dos Santos*.

O Relator, *Laudino Afonso de Jesus*.»

A Sra. **Presidente**:— Obrigada, Sr. Deputado membro da 2.ª Comissão, pela apresentação do relatório final da Nova Lei Orgânica do Banco Central.

Nesta altura já não há discussão, pelo que gostaríamos de submeter o Projecto de Lei à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 50 votos a favor.

Assim sendo e sem qualquer outro assunto agendado, antes de terminar esta sessão, é para fazer lembrar e contextualizarmos a situação. Estamos de férias parlamentares, mas a Comissão Permanente da Assembleia Nacional deliberou para que estivéssemos hoje aqui a aprovar o orçamento da Assembleia Nacional, e para os dias 24 e 25 o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2025.

Portanto, vamos encerrar hoje e regressaremos na Segunda-feira.

Assim, declaro terminado o encontro.

Eram 16 horas e 7 minutos.